



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

ALTAMIR PINHEIRO DE ASSIS

**A ÉTICA COMO INSTRUMENTO DE ALAVANCAGEM DOS LUCROS
DAS EMPRESAS: UM ESTUDO JUNTO ÀS EMPRESAS DOS
SUBSETORES DE NEGOCIAÇÃO COM MADEIRA E COM PAPEL,
CADASTRADAS NA BOVESPA, COM O FOCO NAS CONDUTAS
ÉTICO-AMBIENTAIS À LUZ DA LEI 6.938/81**

**SOUSA - PB
2010**

ALTAMIR PINHEIRO DE ASSIS

**A ÉTICA COMO INSTRUMENTO DE ALAVANCAGEM DOS LUCROS
DAS EMPRESAS: UM ESTUDO JUNTO ÀS EMPRESAS DOS
SUBSETORES DE NEGOCIAÇÃO COM MADEIRA E COM PAPEL,
CADASTRADAS NA BOVESPA, COM O FOCO NAS CONDUTAS
ÉTICO-AMBIENTAIS À LUZ DA LEI 6.938/81**

**Monografia apresentada ao Curso de
Ciências Contábeis do CCJS da
Universidade Federal de Campina
Grande, como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharela em
Ciências Contábeis.**

Orientador: Professor Esp. Hipônio Fontes Guilherme.

**SOUSA - PB
2010**

ALTAMIR PINHEIRO DE ASSIS

A ÉTICA COMO INSTRUMENTO DE ALAVANCAGEM DOS LUCROS DAS EMPRESAS: um estudo junto às empresas dos subsetores de negociação com madeira e com papel, cadastradas na Bovespa, com foco nas condutas ético-ambientais à luz da lei 6.938/81

Monografia apresentada em _____ de _____ de 2010, como trabalho de conclusão do Curso de Ciências Contábeis, da Universidade Federal de Campina Grande, obtendo o conceito de _____ atribuído pela banca constituída pelo orientador e membros abaixo.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Esp. Hipônio Fortes Guilherme
Professor orientador

Prof. Msc. Ana Carolina Kruta de Araújo Bispo
Professora examinadora

Prof. Msc. Enéas Dantas da Silva Neto
Professor examinador

Dedico a Deus, Pai todo Poderoso, a minha esposa, Solange, pelo incentivo e aos meus filhos, Ângelo e André, para os quais quero que esse momento lhes sirva de exemplo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu Deus, pelo dom da vida, pelo discernimento e perseverança que me fez alcançar algo tão grandioso para mim, o qual, há cinco anos não me imaginava capaz, porém, com a Fé em Cristo pude torná-lo possível.

A felicidade, orgulho e prazer que percebi nas feições de meus pais, Cícero Pinheiro de Assis e M^a da Santa Cruz de Assis, por ter um filho cursando uma faculdade, fato que me deu força e otimismo para enfrentar e continuar a empreitada e hoje puder conceder a eles essa felicidade em ter um filho com curso superior.

A minha querida e amada esposa, M^a Solange de Souza Pinheiro, a qual é formada em letras e dona de uma incomparável disposição para superar desafios, sempre me motivando a cursar o ensino superior. Sendo determinante para o meu sucesso.

Aos meus filhos, Ângelo Augusto de Souza Pinheiro e André Afonso de Souza Pinheiro, por existirem e servirem de estímulo para eu prosseguir na trajetória universitária. Buscando, com isso, lhes servir de exemplo para seu futuro.

Aos meus irmãos, Almir Pinheiro de Assis, Altair Pinheiro de Assis e M^a Goretti Pinheiro de Assis, a quem eu tanto amo. Irmãos eu sinto tanto a distância que nos separam, mas sei que estão sempre torcendo por mim.

Aos meus melhores colegas de sala e hoje uns dos meus melhores amigos, Adenilsom Henriques Formiga de Araújo e Gentil Ferreira Neto, em todos os trabalhos em grupo lá estávamos juntos, obrigado meus amigos pelo companheirismo durante todos esses quatro anos e meio.

Bem, não podia deixar de agradecer a uma pessoa que foi tão especial e determinante para hoje eu estar aqui, a minha prima e amiga, Sebastiana Pinheiro dos Santos. Se hoje eu sou alguém eu devo a você prima, a sua ajuda e confiança me trouxe de volta a vida, você sabe disso e eu não me canso de agradecer. Que Deus te recompense por tudo o que fez por mim!

“O homem é um animal com instintos primários de sobrevivência. Por isso, seu engenho desenvolveu-se primeiro e a alma depois, e o progresso da ciência está bem mais adiantado que seu comportamento ético.”

Charles Chaplin.

RESUMO

Diante dos problemas ambientais e da exigência pela sociedade de se reverter tal situação, o presente trabalho de pesquisa procurou analisar, através do estudo das informações, relacionadas à atuação ambiental das empresas estudadas, disponíveis nos *sites* da BOVESPA, BM&FBOVESPA e nos próprios *sites* das empresas, objeto da pesquisa, as atitudes ético-ambientais das empresas do subsetor de negociação com madeira e com papel, cadastradas na Bovespa. Verificando a convergência das suas ações ambientais com a Lei n. 6.938/81 - Lei da Política Nacional do Meio Ambiente. Os resultados revelaram que as empresas estão atuando de alguma maneira em prol da defesa do meio ambiente, porém, nem todas atingiram as orientações dadas pela Lei 6.938/81, referentes à preservação, conservação e educação ambiental. Além disso, foi evidenciado que um comportamento ético voltado à responsabilidade ambiental pode trazer benefícios financeiros às empresas que assim procederem.

Palavras- chaves: ética; meio ambiente; legislação ambiental; benefício financeiro

ABSTRACT

Faced with environmental problems and the requirement by the company to reverse this situation, the present research sought to examine, through the study of information relating to the environmental performance of companies studied, available on the websites of the Bovespa, BM & F and in their own company websites objects of research, ethical and environmental attitudes of companies in the sub sector trading with wood and paper, registered in the Bovespa. Checking the convergence of their environmental actions with Law 6938/81 - Law of the National Environmental Policy. The results revealed that companies are somehow acting in defense of the environment, however, not all met the guidelines issued by the Law 6938/81, regarding the preservation, conservation and environmental education. Moreover, it was evident that ethical behavior aimed at environmental responsibility can bring financial benefits to companies that you do.

Keywords: ethics, environmental, environmental law, financial benefit

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|-----------|
| Quadro 1 - Empresas objeto de estudo do subsetor de Madeira..... | 24 |
| Quadro 2 - Empresas objeto de estudo do subsetor de Papel..... | 25 |
| Quadro 3 - Itens relativos à interação das Entidades com a Política Nacional do Meio Ambiente..... | 26 |
| Quadro 4 - Itens relativos às possíveis receitas provenientes da ética ambiental..... | 37 |
| Quadro 5 - Ações ambientais da empresa do subsetor de madeira – Duratex..... | 51 |
| Quadro 6 - Ações ambientais da empresa do subsetor de madeira – Eucatex..... | 55 |
| Quadro 7 - Itens relativos aos Princípios da DURATEX com relação à preservação e conservação do Meio Ambiente..... | 57 |
| Quadro 8 - Ações ambientais da empresa do subsetor de papel – Celulose Irani..... | 70 |
| Quadro 9 - Ações ambientais da empresa do subsetor de papel – Kablin..... | 73 |
| Quadro 10 - Ações ambientais da empresa do subsetor de papel – Susano Papel..... | 76 |
| Quadro 11 - Reservas Permanentes do Patrimônio Natural – RPPN – mantidas pela Fibria..... | 80 |
| Quadro 12 - Ações ambientais da empresa do subsetor de papel – Fibria..... | 82 |
| Quadro 13 - Ações ambientais da empresa do subsetor de papel – Melhor SP..... | 84 |
| Quadro 14 - Ações ambientais da empresa do subsetor de papel – Santher..... | 86 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|------------|
| <i>Tabela 1 - Convergência das condutas ético-ambientais da Duratex com a Lei 6.938/81....</i> | <i>57</i> |
| <i>Tabela 2 - Convergência das condutas ético-ambientais da Eucatex com a Lei 6.938/81... </i> | <i>59</i> |
| <i>Tabela 3 - Convergência das condutas ético-ambientais da Celulose Irani com a Lei 6.938/81.....</i> | <i>88</i> |
| <i>Tabela 4 - Convergência das condutas ético-ambientais da Fibria com a Lei 6.938/81.....</i> | <i>91</i> |
| <i>Tabela 5 - Convergência das condutas ético-ambientais da Melhor SP com a Lei 6.938/81.....</i> | <i>94</i> |
| <i>Tabela 6 - Convergência das condutas ético-ambientais da Klabin com a Lei 6.938/81.....</i> | <i>96</i> |
| <i>Tabela 7 - Convergência das condutas ético-ambientais da Santher com a Lei 6.938/81....</i> | <i>99</i> |
| <i>Tabela 8 - Convergência das condutas ético-ambientais da Susano Papel com a Lei 6.938/81.....</i> | <i>101</i> |
| <i>Tabela 9 - Convergência das condutas ético-ambientais do subsetor com Madeira à Lei 6.938/81.....</i> | <i>103</i> |
| <i>Tabela 10 - Convergência das condutas ético-ambientais do subsetor com Papel à Lei 6.938/81.....</i> | <i>103</i> |
| <i>Tabela 11 - Convergência das condutas ético-ambientais dos subsetores com a Lei 6.938/81.....</i> | <i>104</i> |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 16 |
| 1.1 tema e problematização..... | 17 |
| 1.2 Justificativa..... | 19 |
| 1.3 Objetivos..... | 21 |
| 1.3.1 <i>Objetivo geral.....</i> | 21 |
| 1.3.2 <i>Objetivos Específicos.....</i> | 21 |
| 1.4 Procedimentos Metodológicos..... | 22 |
| 1.4.1 <i>Natureza da pesquisa.....</i> | 22 |
| 1.4.2 <i>Delimitação Do Estudo.....</i> | 24 |
| 1.2.3 <i>Instrumento De Coleta De Dados.....</i> | 25 |
| 2 REFERENCIAL TEÓRICO..... | 27 |
| 2.1 Conceitos de ética..... | 27 |
| 2.1.1 <i>Motivos Da Conscientização Ética.....</i> | 28 |
| 2.1.2 <i>Ética Empresarial.....</i> | 31 |
| 2.1.3. <i>Gestão Ética.....</i> | 32 |
| 2.1.4 <i>Código de ética das empresas.....</i> | 34 |
| 2.1.5 <i>Ética Ambiental: Meio para auferir lucros para as empresas.....</i> | 36 |
| 2.1.6 <i>Ética: Meio para cumprir a Legislação Ambiental.....</i> | 37 |
| 2.2 Legislação Ambiental..... | 39 |
| 2.2.1 <i>Distinção Entre Preservação E Conservação Ambiental.....</i> | 40 |
| 2.2.2 <i>Contabilidade Ambiental.....</i> | 41 |
| 2.3 Objetivos Da Empresa..... | 43 |
| 2.4 Importância Do Profissional Contábil..... | 44 |
| 3 ANÁLISE DOS RESULTADOS..... | 47 |
| 3.1 Perfil das empresas do subsetor de negociação com madeira..... | 48 |
| 3.2 Ações ambientais realizadas pelas empresas do subsetor de comercialização com madeira – Duratex e Eucatex..... | 48 |
| 3.2.1 <i>Ações Ambientais da Duratex.....</i> | 49 |
| 3.2.1.1 <i>Princípios da Duratex com relação à preservação e conservação do meio ambiente.....</i> | 49 |
| 3.2.1.2 <i>Descrição do projeto de educação ambiental AVAP.....</i> | 50 |
| 3.2.1.3 <i>Política de madeira controlada.....</i> | 50 |
| 3.2.2 <i>Ações Ambientais Da Eucatex.....</i> | 51 |
| 3.2.2.1 <i>A Eucatex assume princípios em suas ações para preservação e conservação do meio ambiente.....</i> | 51 |
| 3.2.2.2 <i>Princípios da Eucatex com relação à preservação e conservação do meio ambiente.....</i> | 52 |
| 3.3 Programas de educação ambiental da Eucatex..... | 52 |
| 3.3.1 <i>Programa de educação ambiental “Casa da Natureza”.....</i> | 52 |
| 3.4 Atuações da empresa Eucatex que visam a preservação e conservação do meio ambiente..... | 53 |
| 3.4.1 <i>Controle das fontes de madeira.....</i> | 53 |
| 3.4.2 <i>Programa de monitoramentos ambientais.....</i> | 54 |
| 3.4.3 <i>Gestão Florestal.....</i> | 54 |
| 3.4.4 <i>Reaproveitamento dos resíduos pela empresa Eucatex.....</i> | 54 |
| 3.4.4.1 <i>Detalhamento do programa de reciclagem.....</i> | 55 |

| | |
|--|-----------|
| 3.4.4.2 Os benefícios oferecidos pelo programa de reciclagem Eucatex..... | 55 |
| 3.5 Convergência das condutas ambientalistas das empresas do subsetor de negociação com madeira com a Lei 6.938/81..... | 56 |
| 3.5.1 Convergência da conduta ética ambiental da Duratex com a Lei 6.938/81..... | 56 |
| 3.5.2 Convergência da conduta ética ambiental da Eucatex com a Lei 6.938/81..... | 58 |
| 3.5.2.1 Condutas voltadas à educação ambiental da Eucatex..... | 59 |
| 3.5.2.2 Condutas voltadas à conservação ambiental da Eucatex..... | 59 |
| 3.5.2.3 Condutas voltadas à preservação ambiental da Eucatex..... | 60 |
| 3.6 Perfil das empresas do subsetor de negociação com papel..... | 61 |
| 3.7 Ações ambientais realizadas pelas empresas do subsetor de comercialização com papel..... | 61 |
| 3.7.1 Ações ambientais da Celulose Irani..... | 62 |
| 3.7.1.1 Princípios da Celulose Irani quanto a responsabilidade ambiental..... | 62 |
| 3.7.1.2 Programas de educação ambiental da Celulose Irani..... | 62 |
| 3.7.2 Atuações da empresa Celulose Irani S.A que visam a preservação e conservação do meio ambiente..... | 62 |
| 3.7.2.1 Projeto APP Ribeirão da anta..... | 63 |
| 3.7.2.2 Projeto certificação FSC..... | 63 |
| 3.7.2.3 Projeto estudo da ictiofauna..... | 64 |
| 3.7.2.4 Projeto inventário de gases de efeito estufa (GEE)..... | 64 |
| 3.7.2.5 Projeto monitoramento limnológico (qualidade das águas)..... | 65 |
| 3.7.2.6 Projeto redução e reuso de água..... | 66 |
| 3.7.2.7 Projeto MDL - usina de co-geração..... | 66 |
| 3.7.2.8 Projeto uso de cinzas da caldeira..... | 68 |
| 3.7.2.9 Projeto MDL – modernização da estação de tratamento de efluentes..... | 68 |
| 3.7.2.10 Projeto programa despoluir..... | 69 |
| 3.7.3 Atuações ambientais da Klabin..... | 71 |
| 3.7.3.1 Princípios da Klabin quanto a responsabilidade ambiental..... | 71 |
| 3.7.3.2 Programas de educação ambiental da Klabin S.A..... | 71 |
| 3.7.3.2.1 Programa Caiubi de educação ambiental..... | 71 |
| 3.7.3.3 Atuações da empresa Klabin S.A que visam a preservação e conservação do meio ambiente..... | 72 |
| 3.7.3.3.1 Programa de fomento florestal..... | 72 |
| 3.7.3.3.2 Programa Matas Legais..... | 73 |
| 3.7.4 Ações ambientais da Susano Papel..... | 74 |
| 3.7.4.1. Princípios da Susano Papel quanto a responsabilidade ambiental..... | 74 |
| 3.7.4.2 Programa de educação ambiental da Susano Papel..... | 74 |
| 3.7.4.2.1 Projeto Sementeira..... | 74 |
| 3.7.4.2.2 Clube da Semente..... | 75 |
| 3.7.4.2.3 Projeto Voluntário Verde..... | 75 |
| 3.7.4.3 Atuações da empresa Susano Papel S.A que visam a preservação e conservação do meio ambiente..... | 75 |
| 3.7.5 Ações Ambientais da Fibria..... | 76 |
| 3.7.5.1 Programa de educação ambiental da Fibria..... | 77 |
| 3.7.5.1.1 Curso produção mais limpa..... | 77 |
| 3.7.5.1.2 Núcleos de educação ambiental..... | 77 |
| 3.7.5.2 Atuações da empresa Fibria S.A que visam a preservação e conservação do meio ambiente..... | 78 |
| 3.7.5.2.1 Programa de conservação e manejo de recursos naturais..... | 78 |
| 3.7.5.2.2 Programa Poupança Florestal..... | 78 |

| | |
|--|-----------|
| 3.7.5.2.3 Unidades de conservação..... | 79 |
| 3.7.5.2.4 Programa Proteção Florestal..... | 80 |
| 3.7.5.2.5 Manejo de solo..... | 81 |
| 3.7.5.2.6 Estudo das mudanças climáticas..... | 81 |
| 3.7.6 Ações ambientais da Melhor SP..... | 83 |
| 3.7.6.1 Programas de educação ambiental da Melhor SP..... | 83 |
| 7.7.6.1.1 Escola rural particular Alice Weiszflog..... | 83 |
| 3.7.6.2 Atuações da empresa Melhor SP que visam a preservação e conservação do meio ambiente..... | 84 |
| 3.7.6.2.1 Atividade de reflorestamento..... | 84 |
| 3.7.7 Ações ambientais da Santher S.A..... | 84 |
| 3.7.7.1 Programas de educação ambiental da Santher S.A..... | 85 |
| 3.7.7.2 Atuações da empresa Santher S.A que visam a preservação e conservação do meio ambiente..... | 85 |
| 3.7.7.2.1 Reciclagem de papéis da Santher S.A..... | 85 |
| 3.7.7.2.2 Programa de gerenciamento ambiental da Santher S.A..... | 85 |
| 3.7.7.2.3 Programa Coleta Seletiva..... | 86 |
| 3.8 Convergência das condutas ambientalistas das empresas do subsetor de negociação com papel com a Lei 6.938/81..... | 87 |
| 3.8.1 Convergência da conduta ética ambiental da Celulose Irani S.A com a Lei 6.938/81..... | 87 |
| 3.8.1.1 Condutas voltadas à educação ambiental da Celulose Irani S.A..... | 88 |
| 3.8.1.2 Condutas voltadas à conservação ambiental da Celulose Irani S.A..... | 88 |
| 3.8.1.3 Condutas voltadas à preservação ambiental da Celulose Irani S.A..... | 90 |
| 3.8.2 Convergência da conduta ética ambiental da Fibria S.A com a Lei 6.938/81..... | 91 |
| 3.8.2.1 Condutas voltadas à educação ambiental da Fibria S.A..... | 92 |
| 3.8.2.2 Condutas voltadas à conservação ambiental da Fibria S.A..... | 92 |
| 3.8.2.3 Condutas voltadas à preservação ambiental da Fibria S.A..... | 93 |
| 3.8.3 Convergência da conduta ética ambiental da Melhor S.P com a Lei 6.938/81..... | 94 |
| 3.8.3.1 Condutas voltadas à educação ambiental da Melhor SP..... | 95 |
| 3.8.3.2 Condutas voltadas à conservação ambiental da Melhor SP..... | 95 |
| 3.8.3.3 Condutas voltadas à preservação ambiental da Melhor SP..... | 96 |
| 3.8.4 Convergência da conduta ética ambiental da Klabin S.A com a Lei 6.938/81..... | 96 |
| 3.8.4.1 Condutas voltadas à educação ambiental da Klabin S.A..... | 97 |
| 3.8.4.2 Condutas voltadas à conservação ambiental da Klabin S.A..... | 97 |
| 3.8.4.3 Condutas voltadas à preservação ambiental da Klabin S.A..... | 98 |
| 3.8.5 Convergência da conduta ética ambiental da Santher S.A com a Lei 6.938/81..... | 98 |
| 3.8.5.1 Condutas voltadas à educação ambiental da Santher S.A..... | 99 |
| 3.8.5.2 Condutas voltadas à conservação ambiental da Santher S.A..... | 100 |
| 3.8.5.3 Condutas voltadas à preservação ambiental da Santher S.A..... | 100 |
| 3.8.6 Convergência da conduta ética ambiental da Susano Papel S.A com a Lei 6.938/81..... | 101 |
| 3.8.6.1 Condutas Voltadas À Educação Ambiental Da Susano Papel S.A..... | 101 |
| 3.8.6.2 Condutas voltada à conservação ambiental da Susano Papel S.A..... | 102 |
| 3.8.6.3 Condutas voltada à preservação ambiental da Susano Papel S.A..... | 102 |

| | |
|--|------------|
| 3.9 Convergência Das Condutas Ético-Ambientais Das Empresas Dos Subsetores De Negociação Com Madeira E Com Papel À Lei 6.938/81..... | 102 |
| 3.10 Benefícios Financeiros Decorrentes Das Ações Ético-Ambientais..... | 104 |
| 3.10.1 <i>Benefícios auferidos pelas condutas ético-ambientais das empresas dos subsetores de comercialização com madeira e com papel.....</i> | 105 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 106 |
| REFERÊNCIAS..... | 108 |
| ANEXOS..... | 114 |
| CLASSIFICAÇÃO SETORIAL DAS EMPRESAS E FUNDOS NEGOCIADOS NA BM&FBOVESPA..... | 115 |
| LEI N. 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981..... | 116 |
| LEI FEDERAL Nº 9.985 - DE 18 DE JULHO DE 2000..... | 117 |

1 INTRODUÇÃO

Tendo a ética como uma ciência que orienta o ser humano a ter um comportamento para uma melhor convivência entre as pessoas, haja vista que ela, através dos estudos sobre a moral e os costumes dos indivíduos em sociedade, determina a melhor ou mais adequada maneira de se comportar em prol da coletividade; buscando, com isso, uma vida harmônica, tanto entre as pessoas quanto no meio em que se vive. Desta maneira, percebe-se que uma postura ética, também, visa uma convivência em harmonia com a natureza.

Em linha contrária à postura ética, tem-se a Revolução Industrial, que com seu ideário capitalista - que impera a mais de dois séculos, através de um comportamento dirigido ao consumismo, o qual estimulou a extração, de maneira desmedida, de insumos naturais para a fabricação dos produtos industrializados. Esse procedimento é um dos desencadeadores dos problemas ambientais, pois prioriza o crescimento econômico sem se preocupar com o meio utilizado para alcançá-lo.

Nesse contexto, o homem é colocado como principal responsável pela degradação do meio ambiente, fazendo surgir na sociedade um movimento ativista que exige, tanto dos governos quanto das empresas, procedimentos em defesa do planeta, buscando a recuperação e preservação da natureza.

Surge, então, a expressão ético-ambiental¹, que leva o conceito da ciência que estuda os valores morais para definir uma conduta, que é considerada correta na maneira de utilizar o meio ambiente. Essa expressão, ético-ambiental, relaciona-se com tudo que é essencial para a existência da vida humana, como: a água, que é fundamental para a vida; a fauna para nos alimentar e a flora, que nos fornece matéria-prima. Desta maneira, faz-se necessário a preservação e conservação do meio ambiente para que o homem tenha condições de viver na terra.

Diante disso, a sociedade vem destinando esforços para uma vida pautada no desenvolvimento sustentável. Para tanto, governos e a iniciativa privada tem se adequado a uma legislação que tem como objetivo à proteção da natureza; legislação, essa, que segundo Almeida *et al* (2002, *apud* Alves e Scopel, 2009) é considerada por muitas nações como a mais avançada no que concerne as Leis ambientalistas.

¹ É a conduta comportamental do ser humano em relação à natureza, decorrente da conscientização ambiental e conseqüente compromisso personalíssimo preservacionista, tendo como objetivo a conservação da vida global. (SANTOS, 2006, p.312.)

Entre muitas Leis, que tem como objeto o meio ambiente, tem-se a Lei n.º 6.938/81 – Lei da Política Nacional do Meio Ambiente. Essa Lei foi a pioneira, no nosso país, em defesa do Meio Ambiente; o seu objetivo fundamental é orientar a sociedade para uma conduta preservacionista e conservacionista, conduzindo o ser humano a uma vida em harmonia com a natureza.

Porém, mesmo a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente tendo a pretensão de promover a harmonização entre o ser humano com a natureza e, também, sendo o Brasil considerado no mundo como exemplo em legislação ambiental, essas Leis ambientalistas não conseguem atingir seus objetivos de maneira plena. Isso pode ser conseqüência de uma falha na fiscalização, tanto do governo como da sociedade em geral.

Desta maneira, pretende-se, com esse estudo, verificar, através da análise dos documentos que evidenciam as práticas relacionadas com o meio ambiente, se as empresas dos subsetores de Madeira e o de Papel, registradas na BOVESPA, estão seguindo as orientações dadas pela Lei n.º 6.938/81, com ênfase no art. 2 da citada Lei; o qual tem como objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propiciando à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana. Além disso, entendendo que as ações e condutas relacionadas com a preservação e conservação do meio ambiente possibilitam diminuir as agressões à natureza; e para tanto, as empresas para cumpri-las devem racionalizar a retirada dos insumos naturais necessários ao seu processo de produção e, também, evitar os desperdícios; deste modo, percebe-se que essas condutas preservacionistas e conservacionistas nas empresas podem ser um importante instrumento para alavancar os lucros das empresas.

Sendo assim, pretendeu-se, também, com esse trabalho, estudar as práticas ético-ambientais das empresas, objeto da pesquisa, para verificar de qual maneira essas práticas ambientalistas podem ou estão, realmente, auferindo benefícios financeiros para as empresas.

1.1 Tema e problematização

Moreira (1999, *apud* Monteiro *et al*, 2005) entende que uma postura ética nas empresas possibilita uma diminuição nos custos, melhor avaliação do desempenho, legitimidade para

exigir comportamento ético dos empregados, lucros livres de contingências e obtenção de respeito perante os parceiros comerciais.

Percebe-se, então, que uma postura ética empresarial é essencial para aperfeiçoar o desempenho e conseqüentemente oferecer condições melhores de elaboração no processo de produção, e, com isso, aumentando a produtividade e, desta maneira, elevando os lucros das empresas.

Nesse sentido, entende-se que uma postura ética das empresas voltada ao meio ambiente pode ser importante para seu desempenho, pois possibilita uma diminuição nos desperdícios através do uso racional dos insumos naturais. Além disso, existe uma legislação que regula a atividade humana em prol a preservação e conservação da natureza, e o seu não cumprimento pode acarretar em penalidades.

Almeida *et al* (2002, *apud* Alves e Scopel, 2009) reconhece o Brasil como referência mundial no que diz respeito a legislação ambiental. Entre as leis ambientais existentes, tem-se a Lei n.º 6.938/81, que tem o intuito de preservar e conservar o meio ambiente, conduzindo, com isso, o indivíduo e a sociedade a uma vida em harmonia com a natureza.

Porém, como afirma Fink (2007) essas normas ambientais carecem de uma fiscalização, que compete a todos da sociedade, para, efetivamente, serem cumpridas.

Portanto, entende-se que uma conduta empresarial voltado ao meio ambiente pode gerar benefícios financeiros a empresa e por o Brasil ser considerado pelo mundo como exemplo em legislação ambiental, mas, mesmo assim, essa legislação não é cumprida por falta de fiscalização adequada, faz-se necessário um estudo sobre esses procedimentos ético ambientais das empresas.

Nesse contexto, essa pesquisa procura responder ao seguinte questionamento: **que condutas ético-ambientais as empresas de capital aberto que atuam nos subsetores de negociação de madeira e papel estão adotando à luz da Lei nº 6.938/81?**

1.2 Justificativa

O presente estudo tem como fundamento a atual conjuntura de problemas ambientais, como o aquecimento global que, segundo Nogueira Neto (1994) faz com que haja uma mudança

climática nas regiões, com isso, acarretando a extinção de várias espécies da fauna e flora. Nogueira Neto (1994) ainda entende que essas perdas de vegetais e animais provocará um problema, muito sério, de escassez de alimentos no futuro, pois a população vem crescendo gradativamente e deverá atingir o dobro em apenas 36 anos.

Souza e Benevides (2005, p. 905) elencam alguns problemas como:

- Chuva ácida - cerca de 650 milhões de pessoas estão expostas diariamente a taxas insalubres de dióxido de enxofre, peixes desapareceram em 13 mil quilômetros quadrados das águas da Noruega, em 14 mil lagos da Suécia desapareceu a vida aquática e 35% das florestas européias são afetadas pela chuva ácida.
- Aquecimento da atmosfera – O efeito estufa aumentou, no último século, a temperatura em 0,6 ° C, e irá aumentar de 1,5 ° C a 5,5o C para os próximos 100 anos. Este problema provocaria desastres como degelo da calota polar e inundação de algumas cidades.
- Destruição da camada de ozônio - faria desaparecer a proteção da vida das radiações ultravioletas, o que provocaria tumor na pele e enfraquecimento do sistema de imunização.
- Desflorestamento, desertificação, miséria, superpopulação, e quantidade de lixo alarmante – em 2000 o planeta tem por volta de 6,4 bilhões de habitantes. A taxa de crescimento no Terceiro Mundo é de 3% a 4%, dois terços da população mundial são pobres e 60 milhões de pessoas morrem de fome e doenças dela derivadas, 20 milhões deste número são compostos por crianças.

Diante desses problemas, bem como da escassez de recursos naturais associado ao crescimento populacional surge uma conscientização de que se faz necessário uma atuação participativa da sociedade para tentar reverter ou, pelo menos, diminuir as conseqüências da degradação do meio ambiente.

Nesse sentido, Cruz (2004, p. 03) corrobora ao afirmar que:

[...] governos se preocupam com a degradação ambiental causada pelo uso desmedido de insumos naturais, pela poluição, pela geração de resíduos, etc. Por outro lado as empresas, seja pela própria importância e conscientização com relação ao assunto, ou pela busca de redução de desperdício, seja por pressão de mercado, de governo, de acionistas ou dos próprios funcionários, também despertam para a necessidade de fazerem algo com relação à gestão ambiental, dentro de sua área de atuação.

Para Carvalho (2007, *apud* Queiroga, 2008, p. 17)

O comportamento da sociedade com relação à ética e responsabilidade ambiental das entidades tem evoluído ao longo das últimas décadas, sobretudo em consequência da difusão de conhecimentos sobre a preservação ambiental do planeta proporcionado principalmente por diversos eventos de discussão internacional do tema.

Percebe-se, então, que a sociedade está ciente da necessidade de realizar algum tipo de iniciativa para combater esses problemas ambientais. E para isso, as empresas e o governo, por serem instituições influentes na sociedade, são essenciais para promover essas atitudes éticas ambientais.

O governo tem, através de uma Legislação preservacionista e conservacionista, direcionado esforços para combater as agressões ao Ecossistema.

A Lei da Política Nacional do Meio Ambiente foi instituída pelo governo com o propósito de preservar, melhorar e recuperar a qualidade ambiental; proporcionando, assim, a vida. A citada, Lei no seu art. 2 e incisos I ao X, promove a proteção, conservação e educação ambiental.

As empresas para seguir a legislação ambiental tem se mobilizado a práticas que visam o desenvolvimento sustentável, o qual tem como objetivo a utilização dos recursos naturais de maneira racional.

Nesse sentido, as empresas têm promovido um movimento denominado "marketing verde", o qual tem como propósito a criação e colocação no mercado em que elas atuam, produtos considerados ecologicamente corretos (CUPERSCHIMID; TAVARES, 2002).

Desta maneira, percebe-se que o governo e as empresas têm destinado esforços para proteger o meio ambiente. Portanto, faz-se necessário um estudo voltado às atitudes ambientalistas das empresas. De modo a verificar se elas estão de acordo com a Lei n.º 6.938/81, sendo assim, optou-se pelo estudo de 08 (oito) empresas, sendo 02 (duas) do subsetor de Madeira e 06 (seis) do subsetor de papel.

As empresas que atuam na área de negociação do subsetor de Madeira se utilizam de árvores, como as espécies: eucalipto e pinus, das quais são retirados seus insumos naturais para a fabricação de painéis e chapas de fibras de madeira destinada a indústria moveleira.

Portanto, por essas empresas se utilizarem de árvores como insumos para fabricação de seus produtos, entende-se que esse subsetor tem potencial para ser responsável por agressões ao meio ambiente, iguais a desmatamentos florestais, por exemplo. Desta maneira, o estudo das suas ações e atitudes perante o meio ambiente se faz necessário.

Já as empresas que atuam na área de negociação do subsetor de Papel também se utilizam das árvores de eucaliptos para a produção de celulose branqueada de eucalipto, sendo, igualmente ao subsetor de Madeira, potenciais responsáveis por atitudes agressivas às reservas florestais.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Verificar se a conduta ética ambiental, voltada ao gerenciamento empresarial das empresas do segmento de Madeira e Papel, está em consonância com a Lei n.º 6.938/81 - Lei da Política Nacional do Meio Ambiente.

1.3.2 Objetivos Específicos

- a) Identificar as condutas éticas ambientais das empresas dos segmentos de comercialização com Madeira e Papel que tem seu capital aberto;
- b) observar se as condutas éticas ambientais das empresas com capital aberto abrangem todas as orientações dadas pela Lei n.º 6.938/81, no sentido de preservação, conservação e educação ambiental;
- c) analisar de que maneira o comportamento ético-ambiental pode ajudar as empresas a aumentarem seus lucros.

1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos empregados na pesquisa foram realizados através de leituras de artigos e livros que tratam da ética e das questões ambientais, de maneira que fomentaram a escolha das empresas dos subsetores de negociação com madeira e com papel por estas estarem diretamente ligadas as intervenções ambientais, através da extração das árvores para a produção da matéria-prima empregada no seu processo produtivo.

Na intenção de atingir os objetivos propostos foram analisadas nos *sítes* da BOVESPA, da BM&FBOVESPA e nos próprios *sítes* das empresas pesquisadas as informações lá constantes sobre as atuações ambientalmente corretas exercidas pelas empresas, objeto da pesquisa.

Essas informações coletadas foram analisadas de acordo com as orientações dadas pela Lei da Política Nacional do Meio Ambiente – Lei n. 6.938/81, as quais orientam tanto os governos quanto as empresas e a sociedade em geral para uma conduta em defesa da natureza, no sentido de Conservação, Preservação e Educação Ambiental.

1.4.1 Natureza da Pesquisa

Segundo Schwartzman (2001), a pesquisa aplicada é aquela que tem como finalidade o estudo de algo objetivando gerar e fornecer informações úteis e relevantes para um determinado grupo ou para a sociedade em geral, diferentemente da pesquisa básica, pois essa se limita a um estudo simples sem intenção de fornecer subsídios para alguma função específica, ou seja, apenas com a finalidade de obter conhecimento sobre determinado assunto.

Desta maneira, entende-se que a pesquisa empregada nesse estudo foi a pesquisa aplicada, pois pretende-se através desse estudo fornecer informações importantes para as empresas, no que diz respeito ao trato com o meio ambiente em relação ao que rege a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, Lei n.º 6.938/81.

A pesquisa em questão é considerada bibliográfica, pois foram utilizados livros, artigos, trabalhos monográficos e periódicos para fundamentar o problema, além de serem analisados os documentos das empresas dos subsetores de Madeira e o de Papel com ações na BOVESPA, de modo a observar a atuação ético-ambiental.

De acordo com Souza *et al*, (2007, p. 40) a pesquisa bibliográfica “consiste da obtenção de dados através de fontes secundárias, utiliza como fontes de coleta de dados materiais publicados como: livros, periódicos científicos, revistas, jornais, teses, dissertações, materiais cartográficos e meios audiovisuais, etc.”

Richardson (1999) entende que a pesquisa qualitativa é um estudo que descreve a complexidade de determinado problema, além de analisar a influência exercida por ele na sociedade.

Com isso, pode-se, classificar a pesquisa como qualitativa, já que, pretende-se, com a mesma, descrever as atuações das empresas, perante o meio ambiente e verificar se elas estão em consonância com a Lei n.º 6.938/81. Nesse sentido, a pesquisa pretende, também, identificar, avaliando as ações em prol do meio ambiente e os possíveis abatimentos nos custos com os insumos naturais, por exemplo, se as empresas estudadas estão auferindo ou podem auferir lucros com as condutas ambientais responsáveis.

Silva e Menezes (2001, p. 28) entendem que “O ideal seria você empregar métodos, e não um método em particular, que ampliem as possibilidades de análise e obtenção de respostas para o problema proposto na pesquisa”.

Portanto, a pesquisa se trata, de um estudo exploratório e descritivo, pois se pretendeu descrever as atitudes relacionadas à preservação e conservação do meio ambiente, realizada pelas empresas dos subsetores de Madeira e Papel, que são cadastradas na BOVESPA. A qual vai se utilizar do método qualitativo para descrever as atitudes ético-ambientais; procurando verificar se as ações ambientais exercidas pelas empresas estudadas estão convergindo com as orientações dadas pela Lei n. 6.938/81. Como também, analisar de que maneira essas ações ambientalistas estão ou podem a vir auferir benefícios financeiros para as empresas, objeto da pesquisa.

1.4.2 Delimitações do Estudo

A delimitação desse estudo está focada nas atitudes e comportamentos ético-ambientais e sobre a responsabilidade social nas empresas que dispõem suas ações na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA).

Devido à impossibilidade de estudar todas as empresas que detém seu capital para negociação na BOVESPA, delimitou-se o estudo das empresas dos subsetores de Madeira e o de Papel, utilizando-se, assim, do método de amostragem não-probabilística intencional, por essas empresas se tratarem de potenciais agressores da natureza, devido à utilização de madeira como insumo natural por elas. De maneira que se enquadram no perfil desejado para a pesquisa.

As empresas do subsetor de Madeira que disponibilizam seu capital para negociação na BOVESPA e que serão objeto de estudo são duas:

| EMPRESAS DO SUBSETOR DE MADEIRA |
|---------------------------------|
| ➤ DURATEX |
| ➤ EUCATEX |

QUADRO 1

Empresas objeto de estudo

Fonte: Adaptada do *site* da BOVESPA

Já as empresas do subsetor de Papel que disponibilizam seu capital para negociação na BOVESPA e que, também, serão objeto de estudo do presente trabalho de pesquisa são seis:

| EMPRESAS DO SUBSETOR DE PAPEL |
|-------------------------------|
| ➤ CELUL IRANI |
| ➤ FIBRIA |
| ➤ KLABIN S/A |
| ➤ MELHOR SP |
| ➤ SANTHER |
| ➤ SUZANO PAPEL |

QUADRO 2

Empresas objeto de estudo

Fonte: Adaptada do *site* da BOVESPA

Delimitou-se, também, o tempo, sendo considerado, apenas, como objeto de estudo o ano de 2009 dos balanços sociais disponibilizados para consulta no *site* da BOVESPA, como também, as informações sobre a atuação ético-ambiental registradas nos *sites* de cada empresa pesquisada.

1.4.3 Instrumento de Coleta dos Dados

Foi empregada a técnica de coleta dos dados por Análise de Conteúdo, a qual teve como objeto de exame as documentações diretas, pois foram levantados os dados diretamente dos locais onde as empresas disponibilizam seus balanços. Esses documentos são referentes à atuação ético-ambiental das empresas dos subsetores de Madeira e o de Papel.

Com a intenção de identificar se as empresas escolhidas para a pesquisa estão em conformidade com a Lei n.º 6.938/81 foram analisados os registros de atuações ambientais com a preservação, conservação e educação ambiental realizados pelas empresas e registrados nos balanços sociais no ano de 2009.

Para a realização da investigação e coleta dos dados a serem analisados nos Balanços Sociais das empresas, utilizou-se os itens relativos à Interação e convergência dessas

ações de natureza social e ambiental, registradas nos Balanços Sociais, com a Lei da Política Nacional do Meio ambiente, Lei n.º 6.938/81, segundo o art. 2 da citada Lei:

| |
|---|
| Nas informações relativas à interação da entidade com a Lei da Política Nacional do Meio ambiente, devem ser evidenciados se as empresa pesquisadas estão em consonância com os incisos: |
| I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo; |
| II - racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar; |
| III - planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais; |
| IV - proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas; |
| V - controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras; |
| VI - incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais; |
| VII - acompanhamento do estado da qualidade ambiental; |
| VIII - recuperação de áreas degradadas; (Regulamento) |
| IX - proteção de áreas ameaçadas de degradação; |
| X - educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente. |

QUADRO 3

Itens relativos à interação das Entidades com a Política Nacional do Meio Ambiente

Fonte: Adaptada da Lei nº. 9.398/1981.

Através do estudo dos documentos que registram as práticas de preservação e conservação do meio ambiente, pretende-se verificar quais as condutas direcionadas a conservação e preservação do planeta estão sendo realizados pelas empresas, objeto da pesquisa; como, também, verificar se essas ações e condutas responsáveis com o meio ambiente estão em consonância com os procedimentos ambientais elencadas no Quadro 3. Além disso, pretende verificar se os investimentos com a conservação e preservação do meio ambiente podem auferir algum retorno financeiro para as empresas.

Para tanto, foram fontes de informações o *site* da BOVESPA, onde tanto foram coletadas as empresas dos subsetores de negociação com madeira e com papel, sendo identificadas oito (08) empresas sendo duas (02) do subsetor de madeira e seis (06) do subsetor de papel, como também, através do *link* disponível no *site* da BOVESPA no qual dá acesso ao *site* da BM&FBOVESPA, onde, encontra-se listadas as empresas socialmente e ambientalmente responsáveis. Nesse *site*, foram coletados informações de quatro (04) das oito (08) empresas pesquisadas.

Também serviram de fontes de coleta de dados as *homes pages* das empresas, objeto da pesquisa, de maneira que todas as empresas disponibilizaram em seus *sites* as informações a respeito das ações ambientais exercidas por elas. No entanto, quatro (04) das oito (08) empresas pesquisadas divulgaram suas informações ambientalistas apenas nos seus sítios virtuais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Conceitos de Ética

Segundo Camargo (2001, *apud* Queiroga, 2008, p. 13):

Cada pessoa tem um instinto próprio para as situações com as quais se depara durante sua vida. Buscando entender o fundamento da ética, é conseqüente a afirmação: a ética estabelece um dever, uma obrigação, um compromisso. Mas qual é o seu fundamento? É o próprio ser do homem: é da sua natureza que surge a fonte de seu comportamento.

Para Glock e Goldim (2003, *apud* Queiroga, 2008, p. 28):

A Ética é o estudo geral do que é bom ou mal, correto ou incorreto, justo ou injusto, adequado e inadequado. Um dos objetivos da Ética é a busca de justificativas para regras propostas pela Moral e pelo Direito. Ela é indiferente de ambas – Moral e Direito – pois não estabelece regras.

Naline (2008, p. 28) indaga que: “Deve-se dizer ‘moral’ ou ‘ética’, e que diferença existe entre os dois termos?”

Entretanto, Naline (2008, p. 29) entende que:

Ética é a ciência do comportamento moral dos homens em sociedade. É uma ciência, pois tem objeto próprio, leis próprias e método próprio, na

singela identificação do caráter científico de um determinado ramo do conhecimento. O objeto da ética é a moral. A moral é um dos aspectos do comportamento humano. A expressão moral deriva da palavra romana *mores*, com o sentido de costumes, conjunto de normas adquiridas pelo hábito reiterado de sua prática.

Seguindo esse mesmo raciocínio, pode-se entender que ética, do grego – *ethos*², e a palavra moral do latim *mos*³, não se confundem, pois, enquanto moral é definida como um conjunto de normas, preceitos, princípios e valores; sendo assim, considerada normativa, a ética é uma ciência especulativa, criada pelos filósofos gregos: Sócrates (470-399 a.C.), Platão (427-347 a.C.) e Aristóteles (384-322 a.C.). A ética tenta explicar os comportamentos e os costumes de uma determinada sociedade.

Monteiro *et al* (2005, p. 237) destaca que a:

"ética estuda a moral, o dever fazer, a qualificação do bem e do mal, a melhor forma de agir coletivamente. Avalia os costumes e diz quais ações morais são moralmente válidas e quais não, tende a estabelecer os princípios de valorização e condução da vida".

Então, entende-se que a ética tem como objeto de estudo os costumes e comportamentos humanos, objetivando, através desse estudo, alcançar um melhor, ou um equilíbrio, nos relacionamentos entre os indivíduos em sociedade.

Sendo assim, pode-se definir a ética como a ciência que estuda os valores morais de uma sociedade, determinando o que é correto ou não. Pode-se concluir, então, que ser ético é ser correto.

2.1.1 Motivos da Conscientização Ética

A ideologia capitalista, advinda da Revolução Industrial e que impera há mais de dois séculos, com seu comportamento orientado ao consumismo incentivou uma extração desmedida de insumos naturais para a fabricação dos produtos manufaturados (MOTTA; PONCHIROLI, 2008). Esse procedimento mecanicista, o qual prioriza o crescimento

² Palavra grega, que significa modo de ser caráter.

³ Palavra originária do latim, que significa costumes.

econômico sem se preocupar com o meio utilizado para alcançá-lo, é o desencadeador dos problemas ambientais.

Para Motta e Ponchirolli (2008, p. 81):

Durante boa parte dos séculos XIX e XX, as sociedades construíram diretrizes sob uma ótica capitalista, onde importava pouco como os recursos naturais eram utilizados para manter o incremento da qualidade de vida, do consumo e do crescimento econômico. Esse pensamento mecanicista foi predominante por pelo menos 200 anos.

Dias (1993, *apud* Layrargues, 1998, p. 4), entende que:

A causa primeira da atual degradação ambiental deve sua origem ao sistema cultural da sociedade industrial, cujo paradigma norteador da estratégia desenvolvimentista, pautada pelo mercado competitivo como a instância reguladora da sociedade, fornece uma visão de mundo unidimensional, utilitarista, economicista e a curto prazo da realidade, em que o ser humano ocidental se percebe numa relação de exterioridade e domínio da natureza.

De acordo com Santos *et al* (2009) as organizações estão pondo em risco o padrão de vida da sociedade, isso devido o crescente desenvolvimento das tecnologias, que faz com que as organizações necessitem de mais recursos naturais; desta maneira, levando à degradação do meio ambiente.

Nesse sentido, entende-se que essa atitude do homem perante o seu habitar é a desencadeadora dos fenômenos climáticos, como, também, do aquecimento global; o qual vem derretendo as geleiras dos pólos, pondo em risco algumas áreas litorâneas do planeta, sem falar nas extinções de várias espécies da fauna e flora terrestre.

No Brasil existem muitas espécies que já estão extintas e muitas outras que estão em risco de extinção, pois de acordo com o IBGE, no mínimo, 330 espécies e subespécies estão ameaçadas de extinção no Brasil; e uma das principais causas disso é a poluição do meio ambiente (WALLAVER 2000 *apud* GIODA 2002).

Motta e Ponchirolli (2008) Entendem que, a partir da década de 70, começaram a surgir movimentos ambientalistas, os quais eram motivados, principalmente, pelos problemas

ambientais já percebidos naquela época, problemas esses, que poderia levar a uma escassez dos recursos naturais.

Para Leite (2008, p. 17):

A consciência quanto ao meio ambiente e aos problemas que nele ocorrem, atualmente, tem sido objeto de discussão em todo mundo, por parte dos vários segmentos da sociedade, sejam eles governamentais, empresariais ou sociais, fazendo com que as empresas sintam-se pressionadas pela sociedade, por não respeitarem o meio ambiente. Assim, as empresas estão adotando políticas de preservação, controle e recuperação do meio ambiente, a fim de garantir a sua longevidade.

Em sentido disso, as empresas, através de seus gestores, vêm adotando medidas, atuações e políticas éticas, devido à forte comoção perante os problemas ambientais.

Queiroga (2008) entende que, atualmente, com o processo de globalização a discussão sobre a responsabilidade ética veio à tona, pois haja vista que a sociedade está muito mais exigente, impondo-nos mais transparência e respeito.

Nossa (2002, *apud* Cavalcanti *et al* 2009, p. 2) entende que:

[...] a sociedade por meio de suas organizações, incluindo clientes, governo, fornecedores etc., passou a exercer maior cobrança por parte das empresas que se utilizavam da natureza como fonte de obtenção de recursos financeiros e passou a exigir uma postura ambientalmente responsável por parte dos dirigentes das empresas quanto à diminuição e eliminação de efeitos poluentes e trabalhem na perspectiva do Desenvolvimento Sustentável.

Desta maneira, é de se compreender que as conseqüências decorridas de, pelo menos, dois séculos de agressão desmedida ao meio ambiente, as quais resultaram em problemas no ecossistema, de maneira irreversível, fez com que surgisse uma consciência e uma exigência ética e moral no trato ambiental.

2.1.2 Ética Empresarial

Monteiro *et al* (2005, p. 237) acredita que, “no que diz respeito à ética dentro das empresas, existem duas vertentes em questão: a ética pessoal e a ética empresarial”.

Monteiro *et al* (2005) entende que as pessoas acreditam que suas atitudes éticas nas empresas devem ser iguais as tomadas no cotidiano. Mas isso é um erro, pois esse comportamento ético deve ser pautado no conjunto de valores, convicções, metas, normas e maneira de resolver os problemas na organização.

Sendo assim, entende-se que as empresas, por serem constituídas de administradores e colaboradores, elas sofrem, também, as conseqüências derivadas das atitudes e comportamentos individuais dessas pessoas.

Porém, conforme trata Lima e Ponchirolli (2005, p. 63) “É perceptível que uma ética apoiada apenas em convicções íntimas não é adequada para os tomadores de decisão,”

Sobre a ética empresarial Srour (2000, *apud* Monteiro, 2005, p. 238) afirma que:

A ética empresarial estaria relacionada a reflexões ou indagações sobre costumes e morais, isto é, qual a moral vigente nas empresas. Muito têm a ganhar as empresas que institucionalizam orientações efetivamente partilhadas sobre os seus membros ou que convenciam valores que foram previamente negociados. As normas de comportamento derivam dessas providências. Portanto, a reflexão ética torna-se um instrumento de trabalho simbólico: intervém de maneira útil no *modus operandi* das empresas e contribui para moldar sua identidade corporativa.

Para Corrêa e Medeiros (2001) a postura ética da empresa deve está de acordo com os valores morais regularmente aceitos na sociedade e esses valores éticos prezados por seus *stakeholders*.

De acordo com Lima e Ponchirolli (2005, p. 63),

a ética empresarial predominante é a da responsabilidade. Isto porque, cada vez mais se configuram cenários que obrigam empresas, instituições e pessoas a optarem por decisões éticas não por .bom-mocismo., mas, primeiro, por estratégias de sobrevivência e, depois, pela necessidade imperativa de expansão dos negócios.

Desta maneira, entende-se que as empresas devem estabelecer, de maneira clara e ostensiva, as suas convicções éticas e morais. Porém, essas condutas éticas devem estar em consonância aos preceitos geralmente aceitos na sociedade; e fazer com que os seus funcionários e colaboradores ponham em prática essas condutas pré-estabelecidas.

2.1.3 Gestão Ética

Segundo, Rust e Lemon (2001, *apud* Siqueira *et al*, 2006, p. 3) “o valor no longo prazo de uma empresa é fortemente determinado pelo valor do relacionamento da empresa com seus clientes, assim quanto mais a empresa valorizar seus clientes, maior é a probabilidade de se manter no mercado”.

Seguindo essa idéia, Moreira (1999, *apud* Monteiro *et al*, 2005, p. 238) afirmam que:

Atualmente, o comportamento ético por parte da empresa é esperado e exigido pela sociedade. O único lucro moralmente aceitável é aquele obtido com ética. São também razões para a empresa ser ética: custos menores, a possibilidade de avaliar com precisão o desempenho da sua estrutura, a legitimidade moral para exigir comportamento ético dos empregados, a geração de lucro livre de contingências, a obtenção de respeito dos parceiros comerciais, o cumprimento de dever inerente à responsabilidade social da organização.

Desta maneira, entende-se que, o que vai determinar a permanência das empresas no mercado são as atitudes das mesmas perante seus clientes e perante a sociedade, através de suas condutas éticas e morais.

Devido o eminente grau de globalização e conseqüentemente competitividade, o mercado, atualmente, tornou-se muito exigente. E uma das principais exigências são as atitudes e condutas exercidas pelos profissionais que comandam as empresas comerciais e prestadoras de serviços.

Ashley (2002, *apud* Siqueira *et al*, 2006, p.4) corrobora com esse entendimento:

O aumento da complexidade dos negócios – economia globalizada, revolução tecnológica, proliferação de fontes de informações, entre outros – estaria impondo ao empresariado novas formas de realizar suas transações. A nova realidade estaria forçando as empresas a investir em outros atributos além do preço e qualidade: confiabilidade, serviço pós-venda,

produtos ambientalmente corretos e relacionamento ético das empresas com seus consumidores, fornecedores, varejistas, além da valorização de práticas ligadas à segurança de seus funcionários e preservação do meio ambiente.

Nesse sentido, entende-se que o mercado, que é composto pelos consumidores dos produtos e serviços prestados pelas inúmeras empresas, não admite mais ser “passado para trás”. Ele se tornou o senhor da situação, o “troféu a ser conquistado”. E para tanto, as empresas vem se digladiando com promoções e inovações, tudo para conquistar esse precioso “troféu”. Porém, os clientes não se iludem apenas com bons preços e novidades tecnológicas, eles, o mercado consumidor, está atento às atitudes das empresas. Os consumidores esperam e exigem um empresário dotado de uma consciência ética, que valorize e respeite o cliente.

Freitas *et al.*, (2009, p. 1) reforça o exposto ao dizer que:

A partir da década de 90, com a abertura dos mercados na busca pelo crescimento econômico, começou a surgir a globalização. Anos depois, ela passou a ter uma desenfreada aceleração, e trouxe consigo o aumento da competitividade entre as empresas, fazendo com que elas não visassem somente o lucro, mas passassem a se preocupar com a qualidade e com os problemas sociais para ganharem a confiança dos clientes.

Nesse sentido, Tagliapietra *et al.* (2004) corrobora quando diz que: no contexto atual, as organizações não são somente avaliadas unicamente pelo seu produto ou serviço, mas também pela sua postura ética e responsável diante dos funcionários e demais pessoas que interagem com ela e a sociedade em geral.

Para Srour (1998, p. 229) “Nem sempre a postura ética e moral de uma empresa vai garantir um benefício financeiro, porém, faz-se necessário essa postura para garantir uma permanência no mercado”.

Sendo assim, o comportamento ético das empresas, ou de quem as administram, tornou-se um meio importante e eficaz para manter e conquistar outros mercados.

Ramos e Fernández (2001, *apud* Siqueira, 2006, p. 2) afirmam que:

Apesar da crescente discussão teórica a respeito da relação positiva ou negativa entre as empresas e o meio ambiente, é impossível dimensionar o impacto dos grandes problemas ambientais causados pela forma da

humanidade produzir e consumir. A alternativa, seguida atualmente por alguns empresários é incorporar o meio ambiente (ou a decisão pela proteção do meio ambiente) como parte do negócio empresarial, como uma ferramenta a mais para enfrentar a competitividade e se manter no mercado.

Lima e Ponchirolli (2005) entendem que a ética não pode ser tratada como uma ameaça ou algo que só se faz por ser imposta.

Para Motta e Ponchirolli (2008) a ética nem sempre deve ser entendida como ameaça ou obstáculo, mas como alavanca para o sucesso das empresas.

Desta forma, entende-se, que há uma necessidade de uma postura moral e ética dos gestores perante a sociedade, voltada a uma interação responsável com os problemas sociais. Postura essa, que visa à continuidade da empresa.

2.1.4 Código de ética das empresas

O "Códigos de ética empresarial", segundo Mercier (2004, *apud* Tonin, 2006, p. 7):

têm as seguintes vantagens: 1. Ajudar a difundir os elementos da cultura organizacional, servindo de guia para as situações ambíguas; 2. Melhorar a reputação da empresa; 3. Oferecer proteção e defesa contra os processos judiciais; 4. Melhorar a *performance* da empresa; 5. Melhorar o comportamento dos empregados (fidelidade, honestidade); 6. Permitir criar um clima de trabalho integral e de excelência; 7. Regulamentar estratégias para evitar erros em matéria de ética; 8. Catalizar as mudanças da organização; 9. Incitar comportamentos positivos; 10. Ajudar a satisfazer a necessidade dos investidores que querem realizar negócios éticos e 11. Ajudar a proteger os dirigentes de seus subordinados e vice-versa.

Lisboa (2007) Acredita que um código de ética deve ser organizado seguindo os preceitos considerados moralmente aceitos pela sociedade.

Para Ethos (2000, p.5)

O código de ética ou de compromisso social é um instrumento de realização da visão e missão da empresa, que orienta suas ações e explicita sua postura social a todos com quem mantém relações. O código de ética e/ou compromisso social e o comprometimento da alta gestão com sua disseminação e cumprimento são bases de sustentação da empresa socialmente responsável. A formalização dos compromissos éticos da empresa é importante para que ela possa se comunicar de forma consistente com todos os parceiros. Dado o dinamismo do contexto social, é necessário criar mecanismos de atualização do código de ética e promover a participação de todos os envolvidos.

Corrêa e Medeiros (2001, p. 10) entendem que:

O código de ética serve não apenas para estabelecer um padrão de conduta para os funcionários, como também para demonstrar aos *stakeholders* as intenções da empresa para com a sociedade. Para isso já existe uma norma de identificação das empresas éticas nos moldes do certificado ISO, a norma SA8000, com a qual as empresas consideradas éticas com seus clientes, fornecedores, funcionários e com a sociedade podem ser certificadas.

Observa-se, então, que o código de ética empresarial é fundamentado na orientação dos compromissos firmados pela empresa perante os seus clientes, parceiros e até mesmo os seus concorrentes, pois é nesse código que estará dimensionado os procedimentos e comportamentos corretos que a empresa, representada pelos seus funcionários, deverá proceder para realizar os objetivos determinados.

Todavia, essa preocupação com o comportamento ético nas empresas não é tão recente assim, pois, há relatos de que desde a década de 70 surgiram os primeiros códigos de ética empresarial.

Para Costa (2006, p. 53):

Os primeiros Códigos de Ética nas empresas começaram a aparecer no Brasil a partir da década de 70. Entre outros aspectos, esses códigos cobriam itens como o respeito a convenções e valores éticos da comunidade onde atua, criando um sentimento de CIDADANIA. Nos últimos anos, popularizou-se a expressão: "Governança Corporativa", onde códigos de ética são um componente fundamental.

Costa (2006) acredita que a abertura do capital das empresas é um importante meio para elas demonstrarem, aos seus atuais e potenciais clientes e investidores, a sua atuação ética e moral, isso devido à transparência de seus atos.

Nesse sentido, entende-se que a maioria das empresas que possuem código de ética são as empresas regidas pela Lei das sociedades por ações.

A esse respeito Rover e Borba (2006, p. 02) afirma que “As empresas que têm ações negociadas nas Bolsas de Valores são amplamente fiscalizadas. Nesse sentido, supõe-se que as informações disponibilizadas pelas empresas com ações negociadas em bolsa representam a melhor prática de evidenciação do mercado”.

Entende-se, então, que essas empresas estão preocupadas com a opinião popular, já que, por elas terem seu capital aberto seus registros contábeis e toda sua atuação são disponibilizados no *site* da Bolsa de Valores. Com isso, fica evidenciada a intenção das empresas de criar uma imagem, perante o público, de empresa responsável e preocupada com o meio ambiente e problemas sociais, por exemplo.

Desta maneira, observa-se que a ética pode ser um importante meio para as empresas conquistarem mercado e, conseqüentemente, aumentar seus lucros.

2.1.5 Ética Ambiental: Meio para auferir lucros para as empresas

Uma postura ética das empresas pode trazer benefícios além dos esperados, pois essa conduta pode avaliar de maneira precisa o desempenho da empresa; diminuir os custos, com utilização racional dos insumos e de todos os recursos necessários ao sistema operacional da empresa; obter respeito dos *stakeholders*⁴; prevenir contra contingências, por respeitar a legislação; etc. (MOREIRA 1999, APUD MONTEIRO ET AL, 2005)

Nesse sentido a introdução de práticas ambientais pode implicar em reduções de custos, através de uma melhor eficiência nos processos produtivos, reduzindo o consumo de matéria-prima, água, energia. Além disso, minimização do tratamento de resíduos e efluentes e diminuição de “prêmio de seguro”, multas e etc. (KRAEMER; TINOCO, 2007)

⁴ Tradução: todos que interagem ou mantém contato com a empresa.

Muralha *apud* Eugênio (2002) apresenta alguns tipos de receitas ambientais:

| |
|--|
| Diminuição de despesas: em prêmios de seguros, em manutenção, em segurança e assistência médica e medicamentosa a trabalhadores por diminuição de riscos; |
| Melhor gestão de resíduos: economias no uso de materiais por reutilização e reciclagem de resíduos, diminuição de custos de estocagem, redução de custos de transporte; |
| Redução de indenizações: por diminuição de riscos de contaminação, destruição etc; |
| Redução de custos operacionais: menor consumo de matéria-prima, materiais de consumo e embalagens, água, combustíveis e energia; |
| Aumento de vendas por melhoria da imagem pública: uso de ecoetiquetas, ecoauditorias, logotipo, informação geral favorável; |
| Recebimentos efetivos: por venda de estudos, diagnósticos, serviços de tratamento de resíduos, tecnologias limpas, <i>royalties</i>, arrendamento de ativos ambientais, subsídios, prêmios etc. |

QUADRO 4

Itens relativos às possíveis receitas provenientes da ética ambiental

Fonte: adaptada, (MURALHA *APUD* EUGÊNIO, 2002)

Algumas empresas estão melhorando a qualidade de seus processos operacionais com a aquisição de novos equipamentos e instalações com uma tecnologia capaz de reduzir ou eliminar o volume de resíduos poluentes, de equipamentos antipoluentes e de treinamento da força de trabalho. (LISBOA; RIBEIRO, 1999)

As empresas ambientalmente responsáveis podem auferir retornos através da valorização nas ações em bolsas de valores ou em forma de maior aceitação por parte dos consumidores e interessados em geral em função do uso de uma imagem de empresa respeitadora do meio ambiente e, conseqüentemente, da sociedade. (CARVALHO, 2000).

Ao analisar o quadro 4 e diante de todo o exposto, percebe-se, que uma conduta responsável perante o meio ambiente pode ser um importante instrumento para melhorar o desempenho das empresas e com isso, gerar uma lucratividade além da esperada por intermédio de procedimentos éticos ambientais na maneira de processar das empresas.

2.1.6 Ética: Meio para cumprir a Legislação Ambiental

Vieira (2005) acredita que a ética está relacionada a relações justas e considerada aceitas entre os indivíduos, fundamentadas numa idéia que busca o bem e a virtude. Cujo intuito visa alcançar uma existência plena e feliz.

Entende-se, com isso, que uma conduta considerada ética tem como objetivo a consagração e realização de algo que aufera benefícios para toda sociedade e não prejudique a ninguém.

Santos (1999) entende que as funções do direito ambiental se transformaram com o tempo, porém, nunca deixou de está ligado as crenças e condutas éticas dos grupos sociais.

A Lei é um conjunto de normas estabelecidas para favorecer a estabilidade social, pois é através dela que a sociedade fica sabendo das regras necessárias para viver-se em harmonia e promover o desenvolvimento (LISBOA, 2007, p. 127)

Lisboa (2007) ainda entende que as leis favorecem a harmonia entre os indivíduos em sociedade, pois elas, as Leis, levam ao conhecimento da sociedade as regras necessárias para uma vida harmoniosa e em busca do desenvolvimento

Nesse sentido, tem-se a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente – a Lei nº 6.938/81 – a qual tem elencado no seu art. 2 alguns princípios que tem por objetivo a manutenção da vida, orientando o ser humano para uma conduta voltado a preservação e conservação do meio em que vive. Com isso, percebe-se que o cumprimento dessa Lei pode ser considerado uma conduta ética, pois, haja vista que essas normas estão propondo uma prática benéfica para todos, buscando, portanto, uma vida harmoniosa com a natureza.

Nesse sentido Santos (1999, p. 3) corrobora ao dizer que:

[...] não se admira que a constituição do Brasil, de 1988, tenha obrigado, de maneira mundialmente exemplar, as propostas de fundo humanístico-ambientalista e ético, proclamando: "todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial a sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações".

Sendo assim, entende-se que uma conduta ética pode ajudar no cumprimento das Leis ambientalistas, pois, como a ética orienta os indivíduos a ter uma postura considerada adequada e que permite uma convivência harmônica do ser humano na sociedade e no seu habitat, e, a legislação ambiental congrega essa mesma idéia de busca pela vida em harmonia, orientando todos da sociedade para a preservação e conservação do meio ambiente, entende-se, então, que, sim – a ética pode ser um instrumento cumpridor da legislação ambiental.

2.2 Legislação Ambiental

Legislação ambiental é um conjunto de leis que regulam a atividade humana no sentido de proteger e conservar o meio ambiente. No Brasil essa conscientização da necessidade de implantar um conjunto de normas jurídicas para nortear as condutas dentro da sociedade de maneira a promover a preservação e conservação do planeta terra só teve início no primeiro ano da década de 80 com a criação da Lei 6.938/81. Essa Lei é voltada para a criação das políticas nacionais do meio ambiente (ALVES; SCOPEL, 2009).

Segundo Alves e Scopel (2009, p. 2) o Brasil, desde então, desenvolveu "um tratamento jurídico mais cuidadoso e detalhado para a questão ambiental, a ponto de a legislação brasileira ser considerada uma das mais avançadas do mundo".

Entretanto, Fink (2007) entende que a fiscalização e repressão as agressões ao meio ambiente no Brasil não são eficientes tanto quanto à legislação vigente.

Entende-se, então, que mesmo o Brasil tendo uma das legislações ambientais mais completas, sendo referência para outros países, essas normas ambientais não são cumpridas por completo.

A Lei n.º 6.938/81 no seu art. 2º elenca alguns princípios, os quais têm como objetivo a manutenção da vida, pois orientam o ser humano a uma conduta preservacionista e conservacionista do meio em que vive:

I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;

II - racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;

III - planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;

IV - proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;

V - controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;

VI - incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais;

VII - acompanhamento do estado da qualidade ambiental;

VIII - recuperação de áreas degradadas; (Regulamento)

IX - proteção de áreas ameaçadas de degradação;

X - educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

Percebe-se que o artigo 2 da Lei n.º 6.938/81 conduz, realmente, o indivíduo e a sociedade para uma vida em harmonia com a natureza. Desta maneira, compreende-se, então, que o cumprimento dessa Lei torna-se muito importante. Contudo, para que esses princípios, regulamentados pela Lei n.º 6.938/81, sejam efetivamente cumpridos se faz necessário uma fiscalização eficiente.

2.2.1 Distinção entre Preservação e Conservação Ambiental

É comum haver confusão em distinguir conservação ambiental de preservação ambiental, pois muitos acreditam que essas duas palavras sejam sinônimas, porém se tratam de duas palavras distintas.

O *Dicionário Brasileiro de Ciências Ambientais* não deixa dúvidas entre as diferenças dessas duas expressões. A conservação ambiental é a utilização racional de um recurso natural qualquer, garantindo-se, entretanto, sua renovação ou sua auto-sustentação, difere da preservação ambiental por permitir o uso e o manejo da área. (LIMA E SILVA, 1999)

Entende-se, então, que a preservação ambiental não permite a interferência humana, de maneira que a preservação ambiental é uma ação que busca proteger a natureza de qualquer dano ou modificação no seu ecossistema.

A Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, no seu art. 2 inciso. II conceitua conservação da natureza como sendo:

[...] "o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer às necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral;"

Ainda a Lei nº 9.985 de 2000 no art. 2 inciso V, define preservação como sendo "conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visam a proteção a longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais"

Segundo Meneguzzo e Chaicouski (2010):

O termo conservação da natureza deve ser adotado para referir-se a exploração racional da mesma, ou seja, uma exploração que leva em consideração a legislação ambiental, os preceitos éticos e os aspectos técnicos dos recursos naturais de maneira a mantê-los em condições adequadas para o uso das atuais e futuras gerações.

Diante de todo o exposto, percebe-se que conservação ambiental e preservação ambiental são distintas, não podendo ser confundidas, pois a primeira busca a manutenção do meio ambiente de maneira a propiciar a sua sustentação dos recursos necessários as gerações presentes e as futuras. Já a última procura defender a natureza da intervenção humana, não permitindo a utilização dos seus recursos naturais.

2.2.2 Contabilidade Ambiental

Segundo Santos *et al*, (2009) a contabilidade ambiental surgiu devido aos grandes problemas causados em decorrência das agressões ambientais, tais como: as explorações dos recursos naturais de maneira irracional pelas indústrias.

Rebollo (2000 *apud* Rocha *et al*, 2004, p. 3) acredita que:

[...] o aumento populacional e evolução da civilização, a partir do século XV, a humanidade experimentou um longo processo de transformação. A civilização evoluiu do estágio feudal chegando à chamada Revolução Industrial, cujos efeitos verificam - se até hoje. Nesse período, as atividades manufatureiras tiveram impressionante impulso com significativos reflexos na economia, nos hábitos dos indivíduos e, por conseqüência, no meio ambiente.

Nota-se, então, que a degradação do planeta através das atividades predadoras das indústrias, por meio da extração dos insumos naturais e conseqüente retorno dessas matérias-primas como resíduos à natureza acarretaram os problemas ambientais e com isso a necessidade de uma contabilidade destinada ao registro dessas ações.

Para Pereira (2007, p. 321):

A contabilidade terá que lidar com uma nova realidade económico-financeira das empresas, onde deve existir equilíbrio entre a actividade económica e a exploração dos recursos naturais, através de uma correcta mensuração dos impactos ambientais e dos seus reflexos na vida das empresas, das pessoas e da sociedade

Tinoco e Kraemer (2004, p. 32) compreendem que “A contabilidade Ambiental passou a ter *status* de novo ramo da Ciência Contábil em fevereiro de 1998, com a finalização do Relatório Financeiro e contábil sobre o passivo e custos Ambientais”

De acordo com Pereira (2007) a contabilidade ambiental é uma vertente da contabilidade tradicional, a qual se utiliza das técnicas da contabilidade convencional para mensurar e evidenciar as atividades operacionais que afetam o meio ambiente.

Para Junior (1998, p. 3) “A contabilidade financeira ambiental tem o objetivo de registrar as transações das empresas que impactam o meio ambiente e os efeitos das mesmas que afetam, ou deveriam afetar, a posição econômica e financeira dos negócios das empresas.”

Nessa mesma linha de pensamento Rocha *et al* (2004, p. 4) corrobora ao afirmar que:

“A Contabilidade Ambiental utiliza metodologias e sistemas para identificar, monitorar e informar impactos ambientais causados pelas operações da empresa, integrando os impactos, as decisões de compras de matérias-primas, custeio de produto, formação de preços, orçamento de capital e avaliação de desempenho”.

Nesse sentido, entende-se que a contabilidade ambiental serve como meio para se registrar todos os ativos e passivos ambientais, isso, de acordo com os princípios fundamentais da contabilidade. Servindo, assim, de uma importante ferramenta para se demonstrar todas as atitudes responsáveis, das empresas, diante do meio ambiente.

2.3 Objetivos da empresa

Para Tonin (2006, p. 3):

A missão da empresa consiste em maximizar benefícios, em termos de dinheiro, prestígio e poder, de sorte que esta é uma guerra em que qualquer meio é bom, qualquer meio se justifica, se conduz a um fim. Não existe valor superior neste mundo do que a conta dos resultados, já que "negócio é negócio".

Montana e Charnov (1998) são contrários a qualquer atuação da empresa em que não esteja fundamentada a obtenção de lucros, pois, caso contrário, a empresa estaria fraudando seus acionistas e indo contra ao sentido de sua existência.

De acordo com as visões apresentadas, entende-se, que o principal objetivo de uma empresa é obter lucros, e isso, de maneira maximizada.

Para Levitt (1990, p. 23):

Não faz muito tempo que numerosas companhias supuseram algo bem diferente quanto ao propósito de uma empresa. Disseram simplesmente que o propósito é ganhar dinheiro. Mas isso provou ser tão vazio quanto dizer que o propósito da vida é comer. Sem comer, a vida cessa. Sem lucros, o negócio pára.

Essa afirmação reforça a idéia de que as empresas têm, não só o objetivo de obter lucros, mas, obtê-los de forma máxima. Pois a lucratividade não é um objetivo para as empresas, mas sim, uma necessidade. Já que, a mesma é constituída para viver, e para tanto, precisa ser lucrativa.

Ainda, seguindo essa mesma linha de raciocínio, tem-se um dos princípios contábeis – princípio da continuidade: "Para a contabilidade, a entidade é um organismo vivo que irá viver (operar) por um longo período de tempo (indeterminado) até que surjam fortes evidencias em contrário..." (IUDÍCIBUS *et al*, 2007, p. 36).

Indo de encontro com o exposto, tem-se a gestão ambiental que segundo Layrargues (1998, p. 8) "significa a tentativa de conciliar o uso produtivo dos recursos naturais com um mínimo de abuso, assegurando-se assim, a produtividade a longo prazo."

Desta maneira, pode-se afirmar que não basta para as empresas obterem lucros, é necessário que esses rendimentos sejam de maneira contínua e permanentes. E, para tanto, faz-se necessário uma conscientização de uma atitude moralmente aceita em relação aos seus clientes, funcionários, colaboradores; além de uma utilização racional dos recursos naturais.

2.4 Importância do Profissional Contábil

Para Lima (2004, *apud* Queiroga, 2008, p. 21):

No mercado da profissão contábil, a transparência nas informações, tem-se tornado um dos princípios básicos da ética, isto porque em uma visão moderna, o objetivo central da Contabilidade é o de prover seus usuários de informação útil para a tomada de decisão e avaliação, pois se entende que esta, busca mensurar as transações econômicas e financeiras de uma entidade. Através de informações divulgadas, cada usuário pode tomar decisão ou fazer prognóstico baseando-se nas informações que entender relevante.

Queiroga (2008, p. 21) entende que:

A Ética tem uma função muito relevante na Contabilidade visto que, o trabalho relacionado à Ciência contábil é de fornecer informações sobre os bens materiais e desse modo, faz-se necessário a garantia da fidedignidade, através do compromisso com o exercício ético no trato dessas informações, para que essa prestação de serviços seja merecedora de crédito.

Norteando esse raciocínio, tem-se a contabilidade como um meio que favorece essa interação, pois ela tem uma relação com seus usuários de grande confiança, haja vista, que a mesma gera informações importantes para vários segmentos da sociedade. Sendo

imprescindível um comportamento considerado correto para que essas informações sejam consideradas fidedignas.

Nesse sentido, Plácido (1997, *apud* Oliveira *et al*, 2006, p. 8) entende que:

No mundo dos negócios, um bem apontado na atualidade como de grande relevância é a informação. De maneira genérica, pode ser afirmado que todas as decisões tomadas envolvendo as atividades de uma empresa, qualquer que seja o nível dessa decisão, têm por base algum tipo de informação. Nesse contexto, o profissional contabilista tem papel importante.

De acordo com Queiroga (2008, p. 12) "Atualmente, o processo de globalização trouxe à tona a discussão sobre a responsabilidade ética, visto que nos deparamos com uma sociedade mais exigente impondo-nos mais transparência e respeito".

Silva e Figueiredo (2007, p. 28) afirmam que:

Sendo assim, as informações produzidas pela contabilidade têm compromisso com a verdade, o que exige de seus profissionais compromisso ético de trabalhar com honradez e competência, dando surgimento ao conjunto de normas e preceitos que valorizam e engrandecem o ser humano como pessoa e profissional.

Entende-se, então, que, com a atual complexidade dos negócios, surgidas com a necessidade de um entendimento mais abrangente dos diversos aspectos relacionados às atividades de uma organização pelos usuários diretamente interessados na situação econômico-financeira das entidades, vem contribuindo para a importante responsabilidade do profissional contábil, que deverão estar munidos das suas principais habilidades: esforço, ética, seriedade e confiança.

Vasconcelos (2002, p. 11) entende que: "o profissional contábil assume uma função que oferece à sociedade vários benefícios, incluindo menores riscos e a melhor destinação dos recursos e, a indiscutível capacidade de aprender a lidar com mudanças e com as idéias de melhorias".

Nesse sentido Porton e Longary (2006, *apud* Silva, 2008, p. 15) acreditam que:

A contabilidade tem um papel fundamental na sobrevivência e manutenção da empresa. Ela constitui no órgão de visão das empresas. Nesse sentido, a contabilidade deve revelar, a qualquer momento, a posição e o rumo do negócio. Deve dar informações exatas, claras e precisas sobre a situação econômica da empresa. Entende que, uma boa contabilidade, simples e clara, que dê idéia exata das condições da empresa, é um poderoso meio de direção

Moura *et al* (2003, p. 3) entendem que “o mercado de trabalho cria oportunidades de fundamental importância para o contador, como fornecedor das veridades das informações contábeis e financeiras de uma empresa, esse profissional se torna importante comunicador das informações indispensáveis para a tomada de decisões”.

Para Moura *et al*, (2003, p. 7):

No cenário mundial, com a globalização, os avanços da tecnologia, influenciaram sobremaneira o mundo dos negócios, essas mudanças não só afetaram o perfil das relações empresariais, como vieram acarretar mudanças no perfil do profissional contábil, cujo trabalho não só se diferenciou no uso das informações, como também na relevância de suas atividades.

Seguindo o exposto, pode-se entender que a contabilidade, como qualquer outra ciência oferece subsídios necessários para a tomada de decisões, portanto devem acompanhar a evolução, pois as informações hoje ganharam uma velocidade muito grande com os avanços tecnológicos. A Profissão Contábil tem procurado acompanhar as mudanças e adaptar-se à nova realidade de mercado.

Para Sá (2003, *apud* Moura, 2003, p. 7) as modificações que estão acontecendo na cultura contábil são:

- 1) avanço prodigioso da informática,
- 2) internacionalização dos mercados e que imprimem modificações nos procedimentos de concorrência através de preços e qualidade,
- 3) declínio considerável da ética e da moral,
- 4) facilidade extrema da comunicação,
- 5) relevância dos aspectos sociais,
- 6) abusiva concentração da riqueza ,

- 7) aumento considerável dos índices de miséria ,
- 8) progressiva dilatação das áreas de mercados comuns,
- 9) avanço considerável das tecnologias e da ciência,
- 10) necessidade de preservar o planeta em suas condições ecológicas, grandes esforços de harmonização de princípios e normas.

Nesse sentido, entende-se que o mercado sofre constantes transformações e para auxiliar as empresas o profissional de contabilidade deve estar interagindo com essas mudanças e ser antes de tudo, um sujeito ético. Ou seja, um indivíduo responsável e comprometido com a verdade. Para que, desta maneira, seja digno de confiança. Confiança essa, que, hoje em dia, é um importante meio conquistador de mercado, sendo fundamental para aumentar a lucratividade das empresas.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta parte do trabalho é destinada a aspectos relacionados à coleta dos dados, os quais foram obtidos nos Balanços Sociais, nos Relatórios da Administração e Notas Explicativas disponíveis no sítio eletrônico da BOVESPA e, também, nas *home pages* das empresas estudadas.

A amostra utilizada no estudo compreende oito (08) empresas, sendo duas (02) do subsetor de Madeira e seis (06) do subsetor de Papel, as quais disponibilizam seu capital para negociação na BOVESPA.

Como já foi mencionado, a ética pode ser um importante instrumento para as empresas melhorarem seus rendimentos, e, isso, de forma legal e moralmente aceita. Têm-se, então, as práticas ambientais como meio de obtenção, perante a sociedade, de respeito e, conseqüentemente, favorecimento para um melhor desempenho financeiro, através, também, de uma racionalização dos recursos ambientais utilizados; evitando, com isso, desperdícios.

Desta maneira, como já foi relatado, pretendeu-se com esse trabalho efetuar um estudo das possíveis, práticas de defesa da natureza, objetivando a verificação da consonância, dessas atividades ambientalistas das empresas estudadas, com a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente – Lei n.º 6.938/81. Haja vista que o Brasil é reconhecido por ter uma legislação

ambiental muito avançada. Porém, por falta de uma efetiva fiscalização, essa legislação não tem obtido os resultados desejados.

Portanto, tendo como coleta de dados os vários meios informativos das empresas, tanto os obrigatórios quanto os complementares e os facultativos, pretende-se, através do presente trabalho, buscar respostas para as indagações aqui levantadas.

3.1 Perfil das empresas do subsetor de negociação com madeira

O subsetor de negociação com madeira, cadastrado no *site* da Bovespa, está dividido em duas (02) empresas – a Duratex e a Eucatex.

Esse subsetor é composto por empresas brasileiras, privadas, de capital aberto, com ações negociadas na BM&FBOVESPA.

A área de negociação desse subsetor está relacionada a fabricação de painéis de madeira feitos a partir de pinus e eucalipto que são utilizados também na fabricação de móveis. Dentre a linha de painéis fabricados, encontra-se a chapa de fibra, o painel de aglomerado e os painéis de média, alta e super densidade mais conhecidos como MDF, HDF e SDF, a partir dos quais, são fabricados pisos laminados e revestimentos para teto e parede.

3.2 Ações ambientais realizadas pelas empresas do subsetor de comercialização com madeira – Duratex & Eucatex

Essa parte do trabalho pretende atender um dos objetivos específicos da pesquisa, que é identificar as condutas ambientais praticadas pelas empresas, objeto da pesquisa.

Como as empresas estudadas estão divididas em dois subsetores de negociações – Madeira e Papel, com ações disponibilizadas para negociação na BOVESPA, optou-se em apresentar as ações ambientalistas seguindo a ordem alfabética, sendo assim, será apresentada as ações ambientais das duas empresas pertencentes ao subsetor de negociação com Madeira. (BOVESPA, 2010)

De acordo com as informações obtidas por meio do sítio virtual das empresas do subsetor de Madeira e do *site* da Bovespa, as ações ambientais das empresas do referido subsetor são as seguintes:

3.2.1 Ações ambientalistas da Duratex

A Duratex dispõe, tanto no seu *site* quanto na BOVESPA, informações de sua atuação ético-ambiental, as quais, por terem sido aprovadas por auditores independentes, podem ser consideradas fidedignas.

3.2.1.1 Princípios da Duratex com Relação à preservação e conservação do meio ambiente

De acordo com Duratex (2010), a empresa no exercício das suas atividades busca sustentabilidade ambiental, social e econômica, através da inovação tecnológica, assegurando qualidade, produtividade e competitividade nos mercados em que atua, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população.

Nesse sentido, a Duratex assume os seguintes compromissos:

- Cumprir a legislação ambiental aplicável, as normas regulamentares e os demais requisitos subscritos pela Organização que se relacionem aos aspectos ambientais;
- Prevenir a ocorrência de danos ambientais decorrentes de suas atividades buscando a utilização de tecnologias ambientalmente adequadas no gerenciamento dos processos e na concepção de novos produtos;
- Estabelecer canais permanentes de comunicação das questões do meio ambiente com as partes interessadas;
- Criar normas e registrar as ações relativas à conservação do Meio Ambiente, de forma auditável e transparente;
- Minimizar o consumo de água e energia;
- Promover o treinamento e conscientização de seus colaboradores internos e externos para atuarem com responsabilidade na conservação do Meio Ambiente e na busca de melhorias contínuas;
- Estabelecer, revisar e acompanhar, anualmente, os objetivos e metas ambientais específicos de suas atividades. (DURATEX, 2010)

A Duratex desenvolve um projeto de educação ambiental, denominado de Área de Vivência Ambiental Piatan – AVAP. Esse projeto tem como público-alvo: Instituições, entidades e pessoas em geral que desenvolvem ações relacionadas ao Meio Ambiente. (BM&FBOVESPA, 2010)

3.2.1.2 Descrição do projeto de educação ambiental – AVAP

O Projeto de Educação Ambiental – Área de Vivência Ambiental Piatan – AVAP – existe desde 1996 e funciona na cidade de Agudos, município de São Paulo.

Segundo a Bm&fbovespa (2010):

Esse projeto visa facilitar a compreensão dos processos de produção sustentada de madeira para o abastecimento das fábricas de chapas Duratex. Procurando esclarecer conceitos equivocados sobre as plantações florestais. Apresentando as medidas técnicas destinadas à conservação do solo, água, ar e biodiversidade, visando resultados econômicos, com responsabilidade social e despertar a conscientização ambiental dos seus visitantes, os quais são representados, dentre outros, por estudantes de todo nível, representante de órgãos públicos, clientes e estrangeiros.

3.2.1.3 Política de madeira controlada

A Duratex segue uma política de madeira controlada, não adquirindo madeiras que não sejam certificadas pelo FSC⁵. Como afirma a empresa: Duratex (2008) “A Duratex S/A abastece suas unidades industriais no estado de São Paulo através de madeira proveniente de plantações florestais próprias ou adquiridas de fontes controladas”

⁵ Segundo FSC Brasil (2010) “O Conselho Brasileiro de Manejo Florestal (FSC Brasil) é uma organização não-governamental, independente e sem fins lucrativos, reconhecida como uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) e com cadastro no CNEA (Cadastro Nacional de Entidades Ambientais)”.

A missão do Conselho Brasileiro de Manejo Florestal é difundir e facilitar o bom manejo das florestas brasileiras conforme Princípios e Critérios que conciliam as salvaguardas ecológicas com os benefícios sociais e a viabilidade econômica. (FSC BRASIL, 2020)

Nesse sentido, a empresa segue um compromisso de não fazer aquisição de madeiras:

- Extraídas ilicitamente;
 - Extraídas de forma que violam os direitos tradicionais e civis;
 - Aproveitadas de florestas de alto valor de conservação ameaçadas pela atividade de manejo;
 - Aproveitadas de florestas naturais que estão sendo convertidas para agricultura ou reflorestamentos;
 - Provenientes de árvores geneticamente modificadas;
- (DURATEX, 2008)

Desta maneira, seguindo um dos objetivos específicos do trabalho, que é o de identificar as ações ambientalistas das empresas estudadas, as condutas ético-ambientais da empresa do subsetor de negociação com madeira – Duratex estão apresentadas no quadro 5 abaixo:

| |
|---|
| AÇÕES AMBIENTAIS DA EMPRESA DO SUBSETOR DE MADEIRA - DURATEX |
| ➤ AQUISIÇÃO DE MADEIRA CERTIFICADA PELO FSC |
| ➤ PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL – AVAP |

QUADRO 5

Ações ambientais da empresa do subsetor de madeira – Duratex

Fonte: Elaboração própria

3.2.2 Ações ambientais da Eucatex

3.2.2.1 A Eucatex assume princípios em suas ações para preservação e conservação do meio ambiente:

As informações sobre a atuação da Eucatex em defesa do meio ambiente foram obtidas do *site* da empresa, não sendo encontrada nenhuma informação, sobre essas ações ambientais, fora do seu *sítio* virtual.

3.2.2.2 *Princípios da Eucatex com relação à preservação e conservação do meio ambiente:*

- 1- Implantar florestas dentro do conceito de Desenvolvimento Sustentável, diminuindo os impactos ambientais, segundo a legislação e outras normas ambientais aplicáveis.
- 2- Assegurar, por meio do Sistema de Gestão Ambiental, os recursos necessários para alcançar os objetivos e metas ambientais estabelecidos, criando oportunidades para melhoria contínua do desempenho ambiental nas atividades florestais.
- 3- Buscar constantemente a atualização e excelência em Tecnologia Florestal, considerando a prevenção da poluição por meio de novos conceitos e processos ambientais, inclusive contando com parcerias que contribuam para esses objetivos.
- 4- Desenvolver programas de Educação Ambiental, visando a proteção da natureza e a conscientização das responsabilidades individuais e coletivas relativas ao meio ambiente.
- 5- Divulgar a Política Ambiental a toda organização, parceiros e comunidades, de modo a fortalecer e demonstrar o nosso compromisso ambiental. (EUCATEX, 2010)

Analisando esses princípios elencados pela empresa Eucatex, percebe-se que a empresa tem uma política de valorização do meio ambiente bem estruturada.

3.3 Programas de educação ambiental da Eucatex

3.3.1 Programa de educação ambiental "Casa da Natureza"

De acordo com a Eucatex (2010) "A Eucatex desenvolve um programa de educação ambiental para alunos das escolas públicas das cidades vizinhas às suas fazendas".

Esse programa é realizado há (07) sete anos na "Casa da Natureza" em São Paulo, na fazenda Santa Terezinha, em Bofete. Esse projeto tem parceria com as prefeituras das cidades contempladas: Bofete, Itatinga e Anhembi, e é direcionada principalmente aos educadores e alunos da rede pública de ensino, recebendo por ano aproximadamente 3000 pessoas, os quais têm contato com os mais diferentes temas ambientais, como biodiversidade, reciclagem de lixo, incêndios florestais e conservação de solo, e, também,

temas direcionados à conscientização das crianças para a importância dos recursos naturais. (EUCATEX, 2010)

Objetivos do programa segundo a eucatex (2010):

- Desenvolvimento e a disseminação de conceitos sobre a preservação do meio ambiente;
- Importância do manejo correto das florestas plantadas;
- Colaboração na formação dos educadores atendidos, para que possam trabalhar as questões ambientais e fora do ambiente escolar.

3.4 Atuações da empresa Eucatex que visam a preservação e conservação do meio ambiente

3.4.1 Controle das fontes de madeira

A empresa Eucatex se compromete a controlar todas as suas fontes de Madeira não certificadas pelo FSC, não adquirindo madeira de fontes onde incidam as situações abaixo:

1. Madeira colhida ilegalmente;
 2. Madeira colhida em áreas florestais em que os direitos civis ou tradicionais são violados;
 3. Madeira colhida em áreas florestais não certificadas pelo FSC, que possuam altos valores de conservação e que estejam ameaçadas;
 4. Floresta natural que tenha sido convertida em plantações florestais ou tenha uso não florestal;
 5. Madeira colhida de árvores geneticamente modificadas (GM).
- (EUCATEX, 2010)

3.4.2 Programa de monitoramentos ambientais

Segundo a Eucatex (2010), "A empresa, ainda, promove um programa de monitoramentos ambientais da flora, fauna, água, ar e resíduos para garantir o menor impacto possível das atividades silviculturais ao meio ambiente".

3.4.3 Gestão florestal

A empresa busca o, "atendimento à legislação ambiental para adequação das propriedades, visando a manutenção e a recuperação das áreas protegidas". (EUCATEX, 2010)

Nesse sentido, a empresa Eucatex adota uma Gestão florestal baseada nos seguintes procedimentos (princípios):

- Planejamento para a produção sustentável de madeira, baseado no consumo das fábricas e no acompanhamento do crescimento das florestas;
- Programa de melhoramento genético que define o material a ser produzido para atender quantitativa e qualitativamente às demandas industriais da Eucatex;
- Produção de mudas de eucalipto para atender o programa anual de implantação florestal da Eucatex;
- Definição das unidades de manejo para plantio de eucalipto e manutenção das áreas de reservas naturais, baseada nas condições de solo, clima e relevo;
- Monitoramento e controle de pragas e doenças com enfoque na otimização e utilização racional dos defensivos florestais;
- Monitoramento nutricional das florestas visando a otimização de recursos e aplicação adequada de nutrientes (fornecimento e reposição);
- Conservação do patrimônio, manutenção de sedes, estradas e aceiros, conservação do solo, prevenção e controle de incêndios;
- Colheita e transporte de madeira visando o abastecimento sustentável das unidades industriais da Eucatex. (EUCATEX, 2010)

3.4.4 Reaproveitamento dos resíduos pela empresa Eucatex

De acordo com Eucatex (2010) "a empresa mantém um programa de reciclagem que possibilita a reutilização dos resíduos das madeiras utilizadas no processo produtivo das empresas que se dispuserem a participar do programa de reciclagem".

Esses resíduos, que antes eram lançados na natureza, agora são reaproveitados pela empresa; evitando, com isso, a poluição do meio ambiente.

3.4.4.1 Detalhamento do programa de reciclagem

A empresa detalha o programa da seguinte forma:

Através de um contrato, a Eucatex se compromete a disponibilizar uma ou mais caçambas, que ficarão estacionadas na empresa participante, para depósito de todo resíduo de madeira. Periodicamente será feita a substituição destas caçambas. A Eucatex se responsabiliza formalmente pela utilização correta de todo o material recolhido. (EUCATEX, 2010)

3.4.4.2 Os benefícios oferecidos pelo programa de reciclagem Eucatex:

Segundo a empresa Eucatex “É uma boa oportunidade para as empresas que buscam uma solução ambientalmente correta para a disposição final de resíduos de madeira, coerente com certificações de qualidade e/ou de correta gestão ambiental”. (EUCATEX, 2010)

Desta forma, seguindo um dos objetivos específicos do trabalho, que é o de identificar as ações ambientais das empresas estudadas, as condutas ético-ambientais da empresa do subsetor de negociação com madeira – Eucatex estão apresentadas no quadro 6 abaixo:

| AÇÕES AMBIENTAIS DA EMPRESA DO SUBSETOR DE MADEIRA – EUCATEX |
|---|
| ➤ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL “CASA DA NATUREZA” |
| ➤ CONTROLE NA AQUISIÇÃO DE MADEIRA |
| ➤ PROGRAMA DE MONITORAMENTO |
| ➤ REAPROVEITAMENTO DOS RESÍDUOS – PROGRAMA DE RECICLAGEM |
| ➤ GESTÃO FLORESTAL |

QUADRO 6

Ações ambientais da empresa do subsetor de madeira – Eucatex

3.5 Convergência das condutas ambientalistas das empresas do subsetor de negociação com madeira com a lei 6.938/81

Pretende-se nessa parte do trabalho observar se as condutas éticas ambientais das empresas do segmento de Madeira abrangem todas as orientações dadas pela Lei da política nacional do Meio Ambiente – Lei n.º 6.938/81. Desta forma, propõe-se atingir o segundo objetivo específico desta pesquisa.

Analisando as atividades ambientalistas das empresas do subsetor de Madeira – DURATEX e EUCATEX – verificou-se que elas têm desenvolvido várias ações em prol da manutenção do meio ambiente. Porém, o presente trabalho pretende não só apresentar as atividades das empresas no âmbito ambiental, mas, também, verificar a convergência dessas atividades ambientalistas, desenvolvidas pelas empresas estudadas, com as orientações dadas pela Lei 6.938/81 – Lei da Política Nacional do Meio Ambiente – no seu art. 2, onde é orientada uma conduta *preservacionista e conservacionista* do Meio Ambiente, além de uma promoção voltada à *educação ambiental*.

3.5.1 Convergência da conduta ética ambiental da Duratex com a lei 6.938/81

Nesse sentido, entende-se, ao analisar as informações colhidas da empresa do subsetor de Madeira – DURATEX – que, a mesma não vem atuando de maneira muito enfática nas atividades voltadas a proteção do meio ambiente. Pois, mesmo a empresa expondo como princípios a serem seguidos, pela empresa e seus *stakeholders*, um leque de ações ambientalmente preservacionistas, conservacionistas e educacional, como mostram o quadro 7 abaixo:

| |
|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • Cumprir a legislação ambiental aplicável, as normas regulamentares e os demais requisitos subscritos pela Organização que se relacionem aos aspectos ambientais; |
| <ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer canais permanentes de comunicação das questões do meio ambiente com as partes interessadas; |
| <ul style="list-style-type: none"> • Criar normas e registrar as ações relativas à conservação do Meio Ambiente, de forma auditável e transparente; |
| <ul style="list-style-type: none"> • Minimizar o consumo de água e energia; |
| <ul style="list-style-type: none"> • Promover o treinamento e conscientização de seus colaboradores internos e externos para atuarem com responsabilidade na conservação do Meio Ambiente e na busca de melhorias contínuas; |
| <ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer, revisar e acompanhar, anualmente, os objetivos e metas ambientais específicos de suas atividades. |

QUADRO 7

Itens relativos aos Princípios da DURATEX com relação à preservação e conservação do Meio Ambiente.

Fonte: Adaptada do *site* da Duratex

Mesmo assim, não foram evidenciadas, através da coleta de dados, muitas ações que comprovassem tais práticas direcionadas a preservação e conservação do Meio Ambiente.

Porém, mesmo a empresa não sendo muito atuante em ações ambientais, percebe-se que a Duratex, dentre as orientações dadas pela Lei n.º 6.938/81, está convergindo no que diz respeito à promoção de uma educação ambiental. Como foi constatado através da evidenciação do Projeto de Educação Ambiental – Área de Vivência Ambiental Piatan – AVAP. Entretanto, na preservação e conservação do meio ambiente a empresa vem convergindo de maneira indireta, através da Política de Madeira Controlada, adquirindo apenas madeiras certificadas pelo FSC – *Forest Stewardship* (conselho de manejo florestal).

Desta forma, dentre as orientações dadas pela Lei 6.938/81, a atuação da Duratex ficou representada de acordo com a tabela 1 abaixo:

TABELA 1

Convergência das condutas ético-ambientais da Duratex com a Lei 6.938/81

| Condutas Ambientais | Convergem | |
|-----------------------|-----------|-----|
| | sim | não |
| Educação Ambiental | X | |
| Conservação Ambiental | X | |
| Preservação Ambiental | X | |

Fonte: Elaboração própria

Sendo assim, percebe-se que a empresa do subsetor de negociação com madeira – Duratex está atingindo todas as orientações dadas pela Lei n.º 6.938/81 em relação à preservação, conservação e educação ambiental. Porém, essa convergência é parcial, pois a convergência referente à preservação e conservação ambiental é realizada de forma indireta, sem uma ação efetiva para esse fim. Além do mais, só foram identificadas duas ações ambientais através das coletas de dados:

- Projeto de Educação Ambiental – Área de Vivência Ambiental Piatan – AVAP - esse projeto tem como objetivo orientar sobre os processos de produção sustentada de madeira para o abastecimento das fábricas de chapas Duratex. Esclarecendo conceitos equivocados sobre as plantações florestais. Apresentando as medidas técnicas destinadas à conservação do solo, água, ar e biodiversidade, visando, com isso, resultados econômicos, com responsabilidade social e conscientizar ambientalmente os seus visitantes;
- Política de Madeira Controlada – através dessa política a empresa se compromete a adquirir para suas indústrias madeiras com certificação do FSC. Contribuindo, assim, para a preservação e conservação do meio ambiente. Haja vista que a não aquisição de madeiras ilegais evita ou inibe o desmatamento de florestas naturais e protegidas.

3.5.2 Convergência da conduta ética ambiental da Eucatex com a lei 6.938/81

Ao analisar a empresa Eucatex, percebe-se que a mesma tem uma atuação bem mais ampla do que a Duratex, sendo identificadas várias ações tanto preservacionista como conservacionista, além de um programa destinado a educação ambiental.

Nesse sentido, percebe-se que a empresa do subsetor de negociação com madeira – Eucatex vem praticando várias ações em prol do meio ambiente, atingindo as orientações dadas pela Lei n.º 6.938/81. Ficando a sua convergência com a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente de acordo com a tabela 2 abaixo:

TABELA 2

Convergência das condutas ético-ambientais da Eucatex com a Lei 6.938/81

| Condutas Ambientais | Convergência | |
|-----------------------|--------------|-----|
| | sim | não |
| Educação Ambiental | X | |
| Conservação Ambiental | X | |
| Preservação Ambiental | X | |

Fonte: Elaboração própria

Sendo assim, percebe-se que a empresa do subsetor de negociação com madeira – Eucatex está atingindo todas as orientações dadas pela Lei n.º 6.938/81 em relação à preservação, conservação e educação ambiental, de maneira que, foram identificadas várias ações ambientalistas através das coletas de dados, como:

3.5.2.1 Condutas voltadas à educação ambiental da Eucatex

- Programa de educação ambiental – “Casa da Natureza”, esse programa tem como objetivo o desenvolvimento e a disseminação de conceitos sobre a preservação do meio ambiente e a importância do manejo correto das florestas, além de colaborar na formação dos educadores, fomentando a educação ambiental na região.

3.5.2.2 Condutas voltadas à conservação ambiental da Eucatex

Como conduta conservacionista, atendendo a um dos três (03) ordenamentos da Lei n.º 6.938/81 – Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, a empresa Eucatex vem realizando as seguintes ações:

- Programa de reciclagem – entende-se que um programa que visa à reutilização dos resíduos está contribuindo para a conservação do meio ambiente. Pois um programa de reciclagem evita, ou pelo menos diminui, a degradação da natureza através do

reaproveitamento desses restos, os quais antes seriam emitidos no planeta, causando, com isso, poluição do meio ambiente;

- Programa de monitoramentos ambientais – esse programa possibilita um maior controle dos impactos ambientais das ações operacionais da empresa, desta maneira, contribuindo para a conservação das áreas naturais utilizadas pela empresa no seu processo produtivo;
- Gestão florestal – essa maneira de administrar permite uma maior adequação à legislação ambiental, pois através de uma gestão florestal a empresa se planeja e se adequa as orientações dadas pelas Leis Ambientais, de maneira que favorece a melhor utilização dos recursos naturais e conseqüentemente a conservação do Meio Ambiente;
- Controle na aquisição de Madeira – adquirindo Madeira certificadas pelo FSC, esse controle é importante para o combate as madeiras clandestinas, as quais por não seguirem a legislação ambiental são responsáveis por desmatamentos florestais, sendo assim, esse controle inibe a atuação dessas madeiras ilegais, contribuindo, assim, com a conservação da natureza.

3.5.2.3 Condutas voltadas à preservação ambiental da Eucatex

Como conduta preservacionista, atendendo a um dos três (03) ordenamentos da Lei n.º 6.938/81 – Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, a empresa Eucatex vem realizando as seguintes ações:

- Controle na aquisição de Madeira – adquirindo Madeira certificadas pelo FSC, o controle na aquisição das madeiras também contribui para a preservação do meio ambiente, haja vista que para se obter o certificado FSC É necessário o manejo adequado e a origem da madeira não pode ser de áreas de preservação ambiental;
- Programa de reciclagem – um programa de reciclagem pode, também, contribuir para a preservação da natureza, pois o reaproveitamento dos restos dos insumos, que inicialmente iriam para o lixo. Diminui a degradação ambiental. Favorecendo a preservação da natureza;

- **Gestão Florestal** – através de uma gestão florestal a empresa busca o atendimento a legislação ambiental, a qual é um meio de promover a preservação do meio ambiente, pois a preservação ambiental também é uma das orientações dada pelas leis ambientalistas.

3.6 Perfil das empresas do subsetor de negociação com papel

O subsetor de negociação com papel, cadastrada no *site* da Bovespa, estar dividida em seis (06) empresas – a Celulose Irani, Fibria, Klabin, Melhor SP, Santher e a Susano Papel.

Esse subsetor é composto por empresas brasileiras, privadas, de capital aberto, com ações negociadas na BM&FBOVESPA.

A área de negociação desse subsetor está relacionada a fabricação de papéis e cartões para embalagens, embalagens de papelão ondulado e sacos industriais. (BOVESPA, 2010)

3.7 Ações ambientais realizadas pelas empresas do subsetor de comercialização com papel

Dando continuidade ao trabalho, pretende-se identificar as condutas ambientalistas das empresas do subsetor de negociação com papel, atingindo, com isso, um dos objetivos específicos.

De acordo com as informações obtidas dos *sites* das empresas estudadas, bem como das informações colhidas do *site* da Bovespa, as ações ambientais das empresas pertencentes ao subsetor de negociação com papel são as seguintes:

3.7.1 Ações ambientais da Celulose Irani

As informações das atuações ambientalistas da Celulose Irani foram coletadas tanto do próprio *site da empresa* quanto do *site da BOVESPA*.

3.7.1.1 Princípios da Celulose Irani quanto a responsabilidade ambiental

Para a Celulose Irani S.A responsabilidade Social é:

Equilibrar aspectos econômicos, sociais e ambientais, de modo a não comprometer o desenvolvimento das gerações futuras, com transparência e envolvimento de todas as partes interessadas na Empresa. Este é o conceito de Responsabilidade Socioambiental pelo qual a IRANI baliza suas atividades e desenvolve seus projetos.

Visando sempre construir um mundo melhor, apóia as comunidades com as quais se relaciona diretamente e estabelece parcerias com entidades sólidas que atuem no desenvolvimento de crianças e adolescentes, além de buscar a sustentabilidade do seu negócio investindo fortemente em tecnologias e projetos que beneficiam o meio ambiente. (BOVESPA, 2010)

3.7.1.2 Programas de educação ambiental da Celulose Irani

Não foi identificado através da pesquisa das atuações ambientalistas da empresa Celulose Irani nenhum programa que objetivasse a promoção da educação ambiental.

3.7.2 Atuações da empresa Celulose Irani S.A que visam a preservação e conservação do meio ambiente

3.7.2.1 Projeto APP Ribeirão da anta

A empresa mantém um projeto que objetiva, segundo BMF&BOVESPA (2010) “a recuperação da APP do Ribeirão da Anta por meio da recomposição da cobertura vegetal para a formação de corredores ecológicos visando reverter a fragmentação de remanescentes de vegetação nativa”.

“As áreas de Preservação Permanente, ou APPs, são faixas localizadas ao longo dos rios, córregos, nascentes, banhados e reservatórios destinadas à preservação ambiental, com o objetivo de contribuir com a manutenção dos recursos hídricos existentes”. (BM&FBOVESPA, 2010)

3.7.2.2 Projeto certificação FSC

Esse projeto objetiva, segundo o BMF&BOVESPA (2010), a “obtenção da certificação FSC de manejo florestal e obtenção da certificação FSC da cadeia de custódia”.

Segundo o Bmf&Bovespa o FSC é:

uma organização não governamental independente e sem fins lucrativos, formada por pesquisadores, ambientalistas, entidades e empresários do mundo todo. Em português, a sigla significa “Conselho de Manejo Florestal”. Criado em 1993, o Conselho é resultado de uma iniciativa para preservação das florestas no mundo inteiro.

Para a Bmf&bovespa (2010) o FSC é uma certificação destinada apenas para florestas, na qual reconhece que a empresa realiza a atividade de produção florestal de maneira correta, respeitando as regras de certificação do FSC, as comunidades locais e os trabalhadores, sem prejudicar o meio ambiente.

Além do FSC florestal, a Celulose Irani detém também o certificado FSC da Cadeia de Custódia, o qual, de acordo com Bmf&Bovespa (2010) “garante ao consumidor que o produto foi fabricado com matéria-prima de floresta certificada e controlada”. O

Bmf&Bovespa (2010) ainda entende que “nesse tipo de certificação, devem existir garantias de controle da procedência, do manuseio e do rastreamento da matéria-prima utilizada em todas as etapas da produção, desde a floresta até o produto final”.

3.7.2.3 Projeto estudo da ictiofauna

Esse projeto tem como objetivo, segundo o Bmf&bovespa (2010) “Realizar o levantamento de espécies de peixes do reservatório da PCH Flor do Mato e utilizar os exemplares como bioindicadores da qualidade da água”.

Esse projeto, de acordo com Bmf&Bovespa (2010) acontece no reservatório PCH – Pequena Central Hidroelétrica Flor do Mato, o qual é propriedade da Celulose Irani e está localizada em Vargem Bonita (SC). A Bmf&Bovespa (2010) afirma que o estudo do projeto foi realizado em parceria com a FUNC (Fundação da Universidade do Contestado) e teve o acompanhamento da polícia ambiental de Concórdia (SC); o estudo foi desenvolvido com autorização do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente).

3.7.2.4 Projeto Inventário de gases de efeito estufa (GEE)

Esse projeto segundo o Bmf&bovespa (2010) tem como objetivo orientar ações de redução de impactos ambientais e identificar oportunidades de novos projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).

Desta maneira, a empresa pretende através desse projeto a:

identificação das emissões diretas, identificação das emissões indiretas por consumo de energia e por outras fontes, aprimoramento da transparência de informações com relação às emissões da organização e identificação e quantificação dos reservatórios de remoção de GEE. (BMF&BOVESPA, 2010)

Segundo o Bmf&bovespa (2010):

A Celulose Irani recebeu, em 2010, o certificado de Verificação de Gases de Efeito Estufa (GEE), referente ao ano de 2009. A auditoria, realizada pela BRTÜV de acordo com a norma internacional ISO 14.064 de 2006, constatou mais uma vez que a IRANI é Carbono Neutro, por retirar mais GEE da atmosfera do que emite.

Segundo a Bmf&bovespa (2010) a empresa Celulose Irani teve como resultados com o projeto de inventário de gases de efeito estufa (GEE) a remoção da atmosfera de 662.971 toneladas de CO₂e (dióxido de carbono equivalente).

De acordo com o Bmf&bovespa (2010) esse resultado ocorre "em função do grande volume de florestas plantadas. Como benefício aos clientes da Empresa e à sociedade como um todo, para cada tonelada de papel produzido são sequestradas 3,26 toneladas de CO₂e".

Nesse sentido, "Com o Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa, a IRANI se tornou a primeira empresa brasileira a obter o certificado pela norma internacional ISO 14.064, do ano de 2006 relacionada à quantificação e à verificação de GEE". (BMF&BOVESPA, 2010).

3.7.2.5 Projeto monitoramento limnológico (qualidade das águas)

Através desse projeto a empresa objetiva, segundo o Bmf&Bovespa (2010) "avaliar a qualidade da água dos reservatórios das Pequenas Centrais Hidroelétricas, de propriedade da IRANI, por meio de análises físico-químicas, microbiológicas e de toxicidade".

De acordo com o Bmf&Bovespa (2010):

Monitoramento de qualidade das águas é um importante instrumento da gestão ambiental. O estudo consiste no acompanhamento sistemático dos aspectos qualitativos da água, visando à obtenção de informações, além de propiciar uma percepção sistemática e integrada da realidade ambiental.

"O programa compreende a coleta de amostras em pontos estratégicos do reservatório das Usinas da IRANI (Flor do Mato, Cristo Rei e São Luiz) sendo determinadas variáveis físicas, químicas e biológicas em águas superficiais". (BMF&BOVESPA, 2010)

3.7.2.6 Projeto redução e reuso de água

Com o projeto de redução e reuso da água a empresa objetiva, segundo o Bmf&Bovespa (2010) "Envolver todos os colaboradores na identificação de consumo desnecessário e vazamentos de água em todas as áreas da IRANI. O projeto faz parte do planejamento estratégico 2008-2012".

O projeto consiste, de acordo com o Bmf&Bovespa (2010) no aproveitamento das águas não-potáveis, reutilizando-as diretamente em aplicações específicas, como resfriamento de máquinas e equipamentos, caldeiras, lavagem de gases de chaminés, lavagem de pisos, rega de jardins e combate a incêndios.

3.7.2.7 Projeto MDL - usina de co-geração

Esse projeto, segundo o Bmf&Bovespa (2010) pretende "reduzir a energia comprada, minimizar o acúmulo de resíduos, eliminar a dependência de energia própria à base de combustível fóssil e diminuir os gases causadores do efeito estufa".

A co-geração, segundo Bmf&Bovespa (2010):

[...] é um sistema altamente eficaz de geração de calor e energia elétrica a partir de uma única fonte de combustão. Com a queima de resíduos orgânicos, gera-se vapor para a produção de celulose e papel e, ao mesmo tempo, faz-se o abastecimento de energia elétrica da Empresa.

Nesse sentido, esse processo de co-geração proporciona uma diminuição nas emissões de gases e poluentes, evitando, com isso, o efeito estufa. Pois os insumos usados para

queima no processo são procedentes de resíduos de base florestal. (BMF&BOVESPA, 2010)

Através do projeto de co-geração a empresa obteve:

[...] a desativação de geradores de energia a base de óleo diesel e desativação das caldeiras mais antigas, sendo duas caldeiras a óleo BPF, 3 caldeiras a lenha e 2 caldeiras a biomassa. As sete caldeiras desativadas foram substituídas pela nova caldeira de co-geração que começou a operar em 2004 e funciona a base de resíduos florestais (biomassa). (BMF&BOVESPA, 2010)

A utilização de resíduos florestais para a geração de energia trouxe muitas vantagens ambientais, tais como: o desaparecimento de lixões, prolongamento da vida útil dos aterros, diminuição de emissões gasosas e redução de risco de combustão espontânea causada pela disposição inadequada de resíduos de base florestal. (BMF&BOVESPA, 2010)

A empresa está utilizando para geração de energia tanto os resíduos demandados por elas quanto os resíduos produzidos por outras empresas, os quais antes eram descartados no meio ambiente. (BMF&BOVESPA, 2010)

Desta maneira, segundo o Bmf&bovespa, (2010):

Com a implantação da usina de co-geração as Reduções Certificadas de Emissões obtidas entre 2005 e 2009 totalizaram 741.749 toneladas de CO₂e. Levando-se em conta o resultado obtido em 2009 a estimativa de redução de emissão de gás carbônico pela IRANI em 21 anos, é de aproximadamente 3.665.235 toneladas de CO₂e.

Nesse sentido, a empresa Celulose Irani foi a primeira no Brasil e a segunda no mundo a possuir créditos de carbono emitidos pelo protocolo de Kyoto.

3.7.2.8 Projeto uso de cinzas da caldeira

O projeto foi desenvolvido em parceria com a Embrapa Florestas, seu objetivo é viabilizar a utilização do resíduo proveniente da queima de biomassa da caldeira como fertilizante nas áreas reflorestadas. (BMF&BOVESPA, 2010)

Nesse sentido, o projeto pretende:

- Avaliar o potencial de uso da cinza da caldeira de biomassa da Celulose Irani para a adubação de *Pinus taeda*, nas condições de solo e clima da região Meio-Oeste de Santa Catarina;
- Monitorar alterações nutricionais e possíveis desbalanceamentos acarretados pelo uso de altas doses de cinza em plantios e em casa de vegetação;
- Detectar alterações na água de percolação do solo, e sua possível implicação ecológica, em condições de casa de vegetação em solo representativo da região Meio-Oeste de Santa Catarina;
- Gerar coeficientes técnicos que possibilitem avaliar economicamente a efetividade das metodologias de disposição adotadas. (BMF&BOVESPA, 2010)

Segundo Maeda *et al* (2007) *apud* Bmf&Bovespa (2010) os resíduos de cinzas da caldeira pode ser uma boa fonte de nutrientes para as plantas, como também, condicionador de baixo custo, além da sua utilização como fertilizante solucionar o problema da sua emissão na natureza.

3.7.2.9 Projeto MDL – modernização da estação de tratamento de efluentes

Esse projeto tem como objetivo, segundo o Bmf&Bovespa (2010) “Substituir a degradação anaeróbica (sem oxigenação) pela degradação aeróbica (com oxigenação) da matéria orgânica, evitando a emissão de metano, gás de efeito estufa que provoca o aquecimento global”.

Isso é possível, segundo o Bmf&Bovespa (2010) através da substituição de lagoas anaeróbias por sistemas aeróbios.

“O novo sistema de tratamento é conhecido como tratamento secundário através de lodo ativado com aeração prolongada, um dos métodos biológicos mais eficientes. O qual evita que o lodo fique depositado no fundo das lagoas vindo a gerar metano”. (BMF&BOVESPA, 2010)

O projeto está registrado na ONU – Organização das Nações Unidas, como “Irani Wastewater Methane Avoidance Project”, o mesmo foi aprovado em 19 de janeiro de 2008 e pode ser acessado através do *site*: <https://cdm.unfccc.int/Projects/registered.html>, sob o número 1410.

Segundo o Bmf&Bovespa (2010):

Com a modernização da Estação de Tratamento de Efluente houve as Reduções Certificadas de Emissões obtidas entre 2007 e 2009 que totalizaram 103.888 toneladas de CO₂e. Levando-se em conta o resultado obtido em 2009 a estimativa de redução de emissão de gás carbônico pela IRANI em 21 anos, é de aproximadamente 715.701 toneladas de CO₂e

3.2.10 Projeto programa despoluir

Esse projeto de acordo com o Bmf&Bovespa (2010) pretende “reduzir os poluentes atmosféricos emitidos pelos veículos próprios e dos Prestadores de Serviços, visando torná-los vigilantes e disseminadores de boas práticas ambientais”.

Segundo o Bmf&Bovespa (2010):

O Programa Despoluir é desenvolvido na IRANI em parceria com a Confederação Nacional do Transporte (CNT), Federação das Empresas de Transportes e Cargas Logísticas no Estado de Santa Catarina (Fetranscesc), Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas do Oeste e Meio-Oeste Catarinense (SETCOM) e Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas de Catanduvás e Região (SETCCAR).

Nesse sentido, os veículos adequados recebem um selo verde, denominado "selo despoluidor". Mas, se o veículo for reprovado um técnico orientará os motoristas para a adequação do veículo. O serviço é oferecido de maneira gratuita. Desta maneira, trazendo benefícios tanto para a empresa quanto para o motorista e a sociedade como um todo. (BMF&BOVESPA, 2010)

Segundo o Bmf&Bovespa (2010):

O Programa Despoluir teve início na IRANI em agosto de 2009 e foram realizadas 131 inspeções veiculares até dezembro do mesmo ano. A Empresa incorporou ao programa todos os veículos internos e também a frota terceirizada. A aferição dos veículos é realizada mensalmente por um técnico especializado.

Desta forma, seguindo um dos objetivos específicos do trabalho, que é o de identificar as ações ambientais das empresas estudadas, as condutas ético-ambientais da empresa do subsetor de negociação com papel – Celulose Irani estão apresentadas no quadro 8 abaixo:

| AÇÕES AMBIENTAIS DA EMPRESA DO SUBSETOR DE PAPEL – CELULOSE IRANI |
|--|
| ➤ PROJETO APP RIBEIRÃO DA ANTA |
| ➤ PROJETO CERTIFICAÇÃO FSC |
| ➤ PROJETO ESTUDO DA ICTIOFAUNA |
| ➤ PROJETO INVENTÁRIO DE GASES DE EFEITO ESTUFA (GEE) |
| ➤ PROJETO MONITORAMENTO LIMNOLÓGICO (QUALIDADE DAS ÁGUAS) |
| ➤ PROJETO REDUÇÃO E REUSO DE ÁGUA |
| ➤ PROJETO MDL - USINA DE CO-GERAÇÃO |
| ➤ PROJETO USO DE CINZAS DA CALDEIRA |
| ➤ PROJETO MDL – MODERNIZAÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE EFLUENTES |
| ➤ PROJETO PROGRAMA DESPOLUIR |

QUADRO 8

Ações ambientais da empresa do subsetor de papel – Celulose Irani

3.7.3 Atuações ambientais da Klabin

As informações ambientais da Klabin foram obtidas do *site* da Bovespa, como também do próprio *site* da empresa.

3.7.3.1 Princípios da Klabin quanto a responsabilidade ambiental

Para a Klabin responsabilidade social é:

A relação com a comunidade é a base das diferentes ações sociais desenvolvidas nos municípios em que a Klabin atua. As iniciativas sociais da empresa abrangem os mais diferentes campos, como saúde, assistência social, cultura, educação técnica e ambiental – com incentivo à participação voluntária dos colaboradores. Para a Klabin a meta é o desenvolvimento comunitário através de práticas sustentáveis que permitem conciliar a produção de riquezas com geração de bem-estar social, sem comprometer o futuro da espécie humana e do planeta. (BMF&BOVESPA, 2010)

3.7.3.2 Programas de educação ambiental da Klabin S.A

3.7.3.2.1 Programa Caiubi de educação ambiental

Segundo o Bmf&Bovespa (2010) o programa Caiubi de Educação Ambiental tem como objetivo "propiciar aos estudantes informações sobre as questões ambientais, através do treinamento e capacitação de professores para a formação de cidadãos críticos e conscientes sobre as questões ambientais".

O programa de educação ambiental da Klabin foi criado em outubro de 2001 e oferecem seminários e palestras, cursos teóricos e práticos em educação ambiental e desenvolvimento de projetos no Paraná, Santa Catarina e Minas Gerais. Promovendo a educação ambiental por meio de treinamento de professores e alunos da rede municipal e

estadual de ensino. Capacitando professores para o desenvolvimento de programas ambientais nas escolas, abordando a fauna e a flora regionais. Com isso, estimulando regionalmente uma consciência ecológica com visão holística. (BMF&BOVESPA, 2010)

3.7.3.3 Atuações da empresa Klabin S.A que visam a preservação e conservação do meio ambiente

3.7.3.3.1 Programa de fomento florestal

Esse programa, segundo o Bmf&Bovespa (2010) objetiva “ampliar a renda na área rural, com a formação de florestas em áreas ociosas e marginais das propriedades. Além de auxiliar na fixação de populações rurais, a atividade promove a recuperação vegetal”.

O Bmf&Bovespa define o programa da seguinte maneira:

O Programa de Fomento Florestal, parceria da companhia com pequenos e médios proprietários de áreas rurais tem por objetivo formar florestas, principalmente, em áreas ociosas e marginais das propriedades. Dessa forma, as áreas de fomento são incorporadas ao processo produtivo, aumentando a base florestal da companhia – matéria-prima base para a produção de seus produtos – promovendo assim, o desenvolvimento sustentável nas regiões onde possui unidades fabris e nos municípios circunvizinhos. Além de fornecer matéria prima para Klabin, o fomento florestal disponibiliza madeira de qualidade para usos industriais, gerando empregos e rendas nas comunidades. (BMF&BOVESPA, 2010)

O Programa de Fomento Florestal tem como resultados o desenvolvimento social e econômico nas regiões onde está inserida e atuando, beneficiando diretamente ao fomentado e o impacto nos negócios da Klabin, pois, a empresa, através do programa, garante uma grande parcela de madeira consumida em seu processo produtivo, por meio do Fomento. (BMF&BOVESPA, 2010)

3.7.3.3.2 Programa Matas Legais

O Programa Matas Legais objetiva, segundo Bmf&Bovespa (2010) “estimular o planejamento da propriedade rural, o cumprimento da legislação ambiental, a recuperação e a conservação das áreas de preservação permanente”.

De acordo com o Bmf&Bovespa (2010) o programa visa:

a recuperação da mata nativa na propriedade rural, principalmente nas áreas de preservação permanente. Além disso, o programa viabiliza o correto planejamento da propriedade rural, promove a educação ambiental, a conservação do meio ambiente e a adequação das propriedades à legislação. A palavra ‘legal’, assim, remete a dois sentidos – o do cumprimento da legislação ambiental vigente e o ligado a um lugar agradável, bonito e bom de viver para todos

Os produtores rurais participantes do programa recebem cursos, mutirões e palestras. Participam da implantação de “propriedades-modelo” com assistência técnica, visitas de intercâmbio e materiais educativos de difusão e divulgação do programa. Os produtores recebem gratuitamente mudas de plantas nativas e são auxiliados constantemente no processo de cultivo e manutenção, como forma de incentivo à conservação das Áreas de Proteção Permanente e da Reserva Legal. (BMF&BOVESPA, 2010)

Desta forma, seguindo um dos objetivos específicos do trabalho, que é o de identificar as ações ambientais das empresas estudadas, as condutas ético-ambientais da empresa do subsetor de negociação com papel – Kablin estão apresentadas no quadro 9 abaixo:

| AÇÕES AMBIENTAIS DA EMPRESA DO SUBSETOR DE PAPEL – KABLIN | |
|--|--|
| ➤ | PROGRAMA CAIUBI DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL |
| ➤ | PROGRAMA DE FOMENTO FLORESTAL |
| ➤ | PROGRAMA MATAS LEGAIS |

QUADRO 9

Ações ambientais da empresa do subsetor de papel – Kablin

Fonte: Elaboração própria

3.7.4 Ações ambientais da Suzano Papel

As informações ambientais da Suzano Papel foram obtidas do *site* da Bovespa.

3.7.4.1. Princípios da Suzano Papel quanto a responsabilidade ambiental

Para a Suzano Papel responsabilidade ambiental é:

Um valor. Parte integrante dos pilares de gestão estratégica do Grupo Suzano e também da Suzano Papel e Celulose é cultivada desde o início de sua história, há 82 anos. A atuação da empresa é pautada pelo equilíbrio entre a criação de valor, dignificação do ser humano e preservação do meio ambiente. De forma a alinhar aos objetivos estratégicos, a empresa implementou o plano Diretor de Relações com a Comunidade, que busca assegurar a efetividade das ações de responsabilidade social com foco e escala adequados nos municípios sob sua fluência. São mais de 40 municípios que contam com as ações da Suzano nas áreas de educação, capacitação profissional, meio ambiente, saúde, voluntariado. (BMF&BOVESPA, 2010)

3.7.4.2 Programa de educação ambiental da Suzano Papel

Esse programa, segundo o Bmf&Bovespa (2010) tem como objetivo "Contribuir para a preservação ambiental e melhoria da qualidade de vida de alunos das escolas públicas e de seus familiares, por meio da formação de grupos voluntários nas escolas".

A empresa desenvolve três frentes de programas de educação ambiental, atuando na região em que opera, desenvolvendo a comunidade do entorno das suas unidades na Bahia.

3.7.4.2.1 Projeto Sementeira

De acordo com o Bmf&Bovespa (2010)O Projeto Sementeira "estimula atitudes conscientes e práticas de preservação ambiental. Por meio de workshops e do Clube da Semente o

projeto apresenta os conceitos de Educação Ambiental e promove a prática de atividades cotidianas que contribuem para a conservação”.

3.7.4.2.2 Clube da Semente

Esse projeto envolve alunos da 1ª a 4ª séries da rede pública de ensino. Onde são formados grupos de alunos voluntários, os quais são apoiados pelos professores, participantes do Projeto Sementeira. De maneira que elaboram e implementam projetos de Educação Ambiental, como: agricultura orgânica, reciclagem de materiais, jardinagem, artesanato, poesia, esportes e capoeira. (BMF&BOVESPA, 2010)

Segundo o Bmf&Bovespa (2010) “Até este ano, 50 Clubes da Semente foram implementados, envolvendo cerca de 1.400 alunos”.

3.7.4.2.3 Projeto Voluntário Verde

Esse projeto de educação ambiental da Susano Papel, segundo o Bmf&Bovespa (2010) “capacita colaboradores para atuar como voluntários nas escolas públicas da região, promovendo ações de cidadania e educação ambiental”.

“Os voluntários adotam seis escolas da região que participarão do trabalho de educação ambiental e, ao final do período letivo, os alunos apresentam os trabalhos desenvolvidos. Os melhores são premiados”. (BMF&BOVESPA, 2010)

3.7.4.3 Atuações da empresa Susano Papel S.A que visam a preservação e conservação do meio ambiente

Não foi identificado através da pesquisa das atuações ambientais da empresa Suzano Papel S.A nenhum programa que objetivasse a preservação e conservação ambiental.

Desta forma, seguindo um dos objetivos específicos do trabalho, que é o de identificar as ações ambientais das empresas estudadas, as condutas ético-ambientais da empresa do subsetor de negociação com papel – Susano Papel estão apresentadas no quadro 10 abaixo:

| AÇÕES AMBIENTAIS DA EMPRESA DO SUBSETOR DE PAPEL – SUSANO PAPEL |
|--|
| ➤ PROJETO SEMEITEIRA |
| ➤ CLUBE DA SEMENTE |
| ➤ VOLUTÁRIO VERDE |

QUADRO 10

Ações ambientais da empresa do subsetor de papel – Susano Papel

Fonte: Elaboração própria

3.7.5 Ações ambientais da Fibria

As informações das condutas ambientais da Fibria S.A foram coletadas diretamente do seu próprio *site*.

A Fibria tem o compromisso de adotar as melhores práticas ambientais, para sempre inovar na promoção do desenvolvimento. Da floresta até a entrega do produto final, são mantidos processos que beneficiam a natureza, como o manejo florestal, geração própria de energia e processos de produção mais limpa. (FIBRIA, 2010)

É parte integrante desse compromisso o desenvolvimento de projetos e programas ambientais que visam à melhoria de desempenho social e ecológico por meio da capacitação e treinamentos de educação ambiental, conservação da biodiversidade e oportunidades de parceria visando o desenvolvimento local. (FIBRIA, 2010)

3.7.5.1 Programa de educação ambiental da Fibria

“O Programa de Educação Ambiental da Fibria existe há mais de 10 anos, e desenvolve ações por meio de seus Núcleos de Educação Ambiental (NEAs), que servem de base para a promoção de atividades educativas direcionadas ao meio ambiente”. (FIBRIA, 2010)

O Programa de Educação Ambiental da Fibria possibilita que os participantes adquiriram conhecimentos que possibilitem:

- Uma maior compreensão sobre o ambiente;
- Habilidades para identificar e resolver problemas ambientais;
- Atitudes e valores que motivem ações positivas para o ambiente;
- Senso de participação;
- Senso de responsabilidade sobre o ambiente total. (FIBRIA, 2010)

3.7.5.1.1 Curso produção mais limpa

Segundo Fibria (2010) o Curso Produção Mais Limpa orienta os funcionários para a redução da geração de resíduos e da utilização de insumos, segundo padrões internacionais de práticas ambientais e as diretrizes da Declaração Internacional de Produção Mais Limpa, do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma).

3.7.5.1.2 Núcleos de educação ambiental

“Os Núcleos de Educação Ambiental (NEAs) são bases estabelecidas para realização de atividades educativas formais e informais, relacionadas aos temas ambientais, promoção de integração entre as comunidades locais e aproximação entre empresa e sociedade”. (FIBRIA, 2010)

De acordo com Fibria (2010) a empresa possui cinco NEAs em áreas florestais, localizados em Capão Bonito (SP), Santa Branca (SP), Capão do Leão (RS) e Três Lagoas (MS), existe, também, uma unidade móvel, a qual percorre 40 municípios de atuação no Vale do Paraíba, equipada com sala de apresentações e acervo com registros e exposições educativas.

3.7.5.2 Atuações da empresa Fibria S.A que visam a preservação e conservação do meio ambiente

3.7.5.2.1 Programa de conservação e manejo de recursos naturais

Segundo Fibria (2010) esse programa visa conhecer, identificar, monitorar e manejar o ambiente das áreas da empresa, estudando os riscos de impacto das suas atividades e adotando medidas preventivas de controle, de acordo com as particularidades de cada região.

“A Fibria utiliza os dados obtidos para organizar as informações sobre biodiversidade e definir ações de manejo visando a manutenção e conservação dos recursos naturais”. (FIBRIA, 2010)

Segundo Fibria (2010) esse trabalho permite o cruzamento de informações das diversas atividades operacionais (produção de mudas, silvicultura, estradas, colheita e transporte), para a definição de oportunidades de melhoria no manejo florestal e conservação das áreas naturais.

Entre as ações destacam-se:

- Identificação e mapeamento dos biomas locais;
- Levantamento de informações sobre a flora nativa remanescente;
- Identificação de áreas de relevante interesse ecológico;
- Análise e definição de meios de proteção, restauração e manutenção de áreas destinadas a conservação;
- Medidas de manejo de vida silvestre;
- Identificação e manejo de espécies de plantas e animais invasores. (FIBRIA, 2010)

3.7.5.2.2 Programa Poupança Florestal

Segundo Fibria (2010) “O Poupança Florestal é um programa de incentivo à plantação de eucalipto para agricultores que possuem propriedades rurais próximas às áreas de plantio da Fibria, que estimula a geração de renda e a preservação do meio ambiente”.

Esse programa é descrito, segundo Fibria (2010) com um modelo de produção que abre uma perspectiva de negócio sustentado para o produtor rural, o qual recebe incentivos para o plantio desde o primeiro ano do programa, com fornecimento das mudas de eucalipto para reflorestamento, assistência técnica, garantia de comercialização da madeira e educação ambiental.

"Este programa promove a conservação da natureza e a sustentabilidade no campo, pois permite o convívio da floresta com a produção de alimentos e a pecuária". (FIBRIA, 2010)

A fibria (2010) identifica alguns benefícios na aplicação do Programa Poupança Floresta, tais como:

- Mudanças de eucaliptos produzidas com tecnologia de última geração.
- Acompanhamento profissional que orienta o manejo da floresta.
- Planejamento da propriedade por meio da elaboração de planta (mapa) da área, com demarcação de estradas, talhões e Áreas de Preservação Permanente (APP).
- Qualificação de profissionais e produtores rurais.
- Desenvolvimento dos conceitos de Certificação Florestal.
- Pesquisas aplicadas em parceria com instituições de ensino superior públicas e privadas.
- Garantia de compra da madeira.

3.7.5.2.3 Unidades de conservação

De acordo com Fibria (2010) "a empresa mantém Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), áreas privadas de conservação perpétua para preservação de biodiversidade, paisagens locais e patrimônio histórico, cultural e arqueológico".

"As RPPNs também servem de base para pesquisas científicas e atividades educativas e ecoturísticas, por meio da observação da fauna e flora". (FIBRIA, 2010)

É mantido pela Fibria três (03) Reservas Permanentes do Patrimônio Natural, as quais juntas ocupam um total de 2.887 ha de áreas com grande valor na formação de corredores ecológicos, proteção de espécies endêmicas (espécies que se desenvolvem em áreas restritas) e conservação da biodiversidade dos biomas brasileiros. (FIBRIA, 2010)

A seguir é apresentado no quadro 11 abaixo as Reservas Permanentes do Patrimônio Natural – RPPN, mantidas pela empresa do subsetor de negociação com papel – Fibria:

| Reservas Permanentes do Patrimônio Natural – RPPN – mantidas pela FIBRIA |
|---|
| Recanto das Antas: A maior RPPN da Fibria, localizada em Linhares (ES), no bioma da Mata Atlântica, ocupa 2.212 hectares e abriga a anta, um dos maiores mamíferos da América; |
| Mutum Preto: Localizada em Linhares (ES), no bioma da Mata Atlântica, ocupa 379 hectares e abriga o pássaro mutum preto, espécie endêmica em risco de extinção. |
| Restinga de Aracruz: Localizada na cidade de Aracruz (ES), também no bioma da Mata Atlântica, ocupa 296 ha e trata-se de uma das únicas áreas conservadas de restingas no litoral do Espírito Santo. |

QUADRO 11

Reservas Permanentes do Patrimônio Natural – RPPN – mantidas pela Fibria

Fonte: Adaptada, (FIBRIA, 2010)

Segundo Fibria (2010) a empresa Fibria “possui um programa de diagnóstico e monitoramento da biodiversidade de suas áreas, que torna possível o estudo de novas RPPNs. Estão em fase de reconhecimento mais três Reservas, que elevarão o total de área de RPPNs da empresa para 6.644 hectares”.

3.7.5.2.4 Proteção Florestal

A empresa Fibria possui um programa de desenvolvimento tecnológico que visa a proteção florestal, o qual objetiva assegurar os ganhos de produtividade e a qualidade dos plantios, através do adequado manejo de pragas, doenças e plantas daninhas e do monitoramento e controle de incêndios florestais. (FIBRIA, 2010)

De acordo com Fibria (2010):

Os critérios para tomadas de decisão e recomendações são continuamente revisados e incluem a realização de estudos com a finalidade de reduzir os custos com o controle de pragas e utilização de agentes agrotóxicos. Para isso, é adotado um plano estratégico que inclui treinamentos das equipes operacionais, testes de controle químico e biológico e estudos para a

introdução de inimigos naturais, que visam a reduzir os riscos potenciais envolvidos.

3.7.5.2.5 Manejo de solo

A empresa do subsetor de negociação com papel – FIBRIA – entende, segundo Fibria (2010) que:

[...] a sustentabilidade ambiental e produtiva dos plantios de eucalipto está diretamente associada à escolha de técnicas adequadas de manejo e ao conhecimento do meio físico, que demandam investimentos no mapeamento dos solos e no conhecimento das particularidades de cada região.

Nesse sentido, de acordo com Fibria (2010):

A empresa conta com um sistema de monitoramento nutricional e uma base consistente de informações de pelo menos três ciclos de plantio de eucalipto, com consideração às limitações climáticas e de fertilidade das áreas. Os sistemas de preparo de solo da Fibria também são desenvolvidos com objetivo de aumentar a qualidade dos plantios, reduzir o custo operacional e atender a todos os requisitos de conservação dos solos, sobretudo em áreas de alto risco de erosão.

“Desde a década de 1990 a empresa utiliza resíduos da produção de celulose na adubação de seus plantios, inclusive com a produção de fertilizantes que substituem agentes químicos e contribuem para a manutenção dos índices de fertilidade do solo”. (FIBRIA, 2010)

3.7.5.2.6 Estudo das mudanças climáticas

“A Fibria é uma empresa atenta aos riscos que as mudanças no clima podem representar, não apenas para sobrevivência de negócios florestais, mas também para a manutenção de todos os recursos naturais que sustentam a vida no planeta”. (FIBRIA, 2010)

Segundo Fibria (2010):

Estudos apontam a emissão de gases de efeito estufa originária das atividades humanas como uma das principais causas das recentes mudanças climáticas, que incluem mudança no regime das chuvas; capacidade de criar ou agravar secas e inundações; aumento da temperatura dos oceanos; alteração ou destruição de habitats e consequente eliminação de espécies; e alterações no crescimento das árvores, o que afeta a produção de madeira.

Diante do que foi exposto, “a Fibria vem estruturando seu programa de redução dos impactos das mudanças climáticas por meio de ações que englobam todo o ciclo de vida do produto, desde os fornecedores até os clientes”. (FIBRIA, 2010)

“Para garantir transparência e credibilidade das informações, além de contribuir para as discussões sobre o tema, a empresa divulga os resultados de seus estudos e operações, submetidos regularmente a verificação externa por terceira parte”. (FIBRIA, 2010)

Desta forma, seguindo um dos objetivos específicos do trabalho, que é o de identificar as ações ambientais das empresas estudadas, as condutas ético-ambientais da empresa do subsetor de negociação com papel – Fibria estão apresentadas no quadro 12 abaixo:

| AÇÕES AMBIENTAIS DA EMPRESA DO SUBSETOR DE PAPEL – FIBRIA |
|--|
| ➤ CURSO DE PRODUÇÃO MAIS LIMPA |
| ➤ NÚCLEOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL |
| ➤ PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO E MANEJO DE RECURSOS NATURAIS |
| ➤ POUPANÇA FLORESTAL |
| ➤ UNIDADES DE CONSERVAÇÃO |
| ➤ PROTEÇÃO FLORESTAL |
| ➤ MANEJO DO SOLO |
| ➤ ESTUDOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS |

QUADRO 12

Ações ambientais da empresa do subsetor de papel – Fibria

Fonte: Elaboração própria

3.7.6 Ações ambientais da Melhor SP

As informações sobre a atuação ambiental da Melhor SP foram obtidas através do sitio virtual da própria empresa.

3.7.6.1 Programas de educação ambiental da Melhor SP

3.7.6.1.1 Escola rural particular Alice Weiszflog

A escola Rural Alice Weiszflog foi criada em 1946 e está localizada na Fazenda Levantina, Camanducaia (MG), atendendo a 164 alunos. Os quais recebem ensino fundamental de qualidade. Os alunos residem em um raio de até 17 quilômetros, dos quais, apenas 12% são filhos de funcionários e os demais vêm das comunidades vizinhas. (MELHOR SP, 2010)

Segundo a Melhor SP a Escola Rural Particular Alice Weiszflog é diferenciada, pois :

a Escola Rural Particular Alice Weiszflog é totalmente gratuita aos alunos e dispõe de oficina pedagógica, auditório para atividades, biblioteca com cerca de oito mil títulos, palestras sobre saúde e higiene, **MEIO AMBIENTE** e duas grandes festividades ao longo do ano letivo, envolvendo estudantes, familiares e toda a comunidade. (MELHOR SP, 2010, grifo nosso)

"Na Escola Rural Particular Alice Weiszflog, em Camanducaia (MG), realizamos palestra sobre Reciclagem do Lixo, envolvendo não só alunos, mas toda a comunidade, com atividades de conscientização". (MELHOR SP, 2010)

3.7.6.2 Atuações da empresa Melhor SP que visam a preservação e conservação do meio ambiente

3.7.6.2.1 Atividade de reflorestamento

A empresa do subsetor de negociação com madeira – MELHOR SP, desenvolve uma atividade destinada à preservação ambiental. Através de uma atividade de reflorestamento a empresa mantém flora e fauna nativas em mais de 5 mil hectares da fazenda Levantina, Camanducaia (MG). A empresa também pratica o reflorestamento de eucaliptos e pinus, que são destinados a sustentação da sua operacionalidade nas unidades de industrialização. (MELHOR SP, 2010)

Desta forma, seguindo um dos objetivos específicos do trabalho, que é o de identificar as ações ambientais das empresas estudadas, as condutas ético-ambientais da empresa do subsetor de negociação com papel – Melhor SP estão apresentadas no quadro 13 abaixo:

| AÇÕES AMBIENTAIS DA EMPRESA DO SUBSETOR DE PAPEL – MELHOR SP |
|---|
| ➤ ESCOLA RURAL PARTICULAR ALICE WEISZFLOG |
| ➤ ATIVIDADE DE REFLORESTAMENTO |
| ➤ PROGRAMA MATAS LEGAIS |

QUADRO 13

Ações ambientais da empresa do subsetor de papel – Melhor SP

Fonte: Elaboração própria

3.7.7 Ações ambientais da Santher S.A

As informações sobre as ações ambientais da Santher S.A foram obtidas do próprio *site* da empresa.

3.7.7.1 Programas de educação ambiental da Santher S.A

Não foi identificada através da pesquisa das atuações ambientalistas da empresa Santher S.A nenhum programa que objetivasse a promoção da educação ambiental.

3.7.7.2 Atuações da empresa Santher S.A que visam a preservação e conservação do meio ambiente

3.7.7.2.1 Reciclagem de papéis da Santher S.A

A empresa do subsetor de negociação com papel – SANTHER Promove a reciclagem de papéis, visando, com isso, alcançar o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, a Santher recicla anualmente mais de 60 milhões de quilos de papéis velhos em seu processo produtivo, o que significa que mais de 1 milhão de árvores deixam de ser cortadas todo ano, reduzindo a utilização dos recursos naturais. (SANTHER, 2010)

3.7.7.2.2 Programa de gerenciamento ambiental da Santher S.A

A Santher pratica um gerenciamento ambiental que busca:

[...] o equilíbrio entre atividade industrial, homem e meio ambiente, acompanhando as constantes evoluções tecnológicas, visando garantir a melhoria e a preservação do ambiente nas comunidades em que atua. Este Sistema de Gestão Ambiental gerencia o tratamento de todos os resíduos sólidos gerados, efluentes líquidos, emissões gasosas e busca a utilização racional dos recursos naturais com o intuito de assegurar a prevenção à poluição, promover o desenvolvimento sustentável e atender às legislações ambientais. (SANTHER,2010)

A empresa desenvolve um tratamento dos efluentes, lançados na bacia hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ), nas suas unidades industriais, visto que houve considerável redução da carga orgânica, atingindo valores muito abaixo dos padrões estabelecidos pelo órgão ambiental. (SANTHER, 2010)

"A Santher promove a campanha "Água, Doce Água", que visa à recuperação do Rio Doce e a preservação de suas nascentes". (SANTHER, 2010)

3.7.7.2.3 Programa Coleta Seletiva

A Coleta Seletiva é outro projeto que a Santher desenvolve na cidade de Governador Valadares (MG) e com a Associação dos Catadores de Materiais Reaproveitáveis Natureza Viva. (SANTHER, 2010).

O projeto consiste na apresentação da sua experiência no ramo de reciclagem à comunidade. A empresa fez doações de tambores e bombonas para a coleta seletiva, além de uniformes para os integrantes da associação. Na cidade de Bragança Paulista a empresa participa da implantação de projeto de coleta seletiva junto aos municípios. (SANTHER, 2010).

"A coleta seletiva é uma ação simples que ajuda a reduzir a poluição, a economizar recursos não-renováveis e a poupar recursos naturais". (SANTHER, 2010)

Desta forma, seguindo um dos objetivos específicos do trabalho, que é o de identificar as ações ambientais das empresas estudadas, as condutas ético-ambientais da empresa do subsetor de negociação com papel – Santher estão apresentadas no quadro 14 abaixo:

| AÇÕES AMBIENTAIS DA EMPRESA DO SUBSETOR DE PAPEL – SANTHER | |
|---|--|
| ➤ | RECICLAGEM DE PAPÉIS |
| ➤ | PROGRAMA DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL |
| ➤ | PROGRAMA COLETA SELETIVA |

QUADRO 14

Ações ambientais da empresa do subsetor de papel – Santher

3.8 Convergência das condutas ambientalistas das empresas do subsetor de negociação com papel com a lei 6.938/81

Dando continuidade ao trabalho, pretende-se nessa parte do trabalho observar se as condutas éticas ambientais das empresas do segmento de Papel abrangem todas as orientações dadas pela Lei da política nacional do Meio Ambiente – Lei n.º 6.938/81. Desta forma, propõe-se atingir o segundo objetivo específico desta pesquisa.

Analisando as atividades ambientalistas das empresas do subsetor de Papel – verificou-se que elas têm desenvolvido várias ações em prol da manutenção do meio ambiente. Porém, como já foi dito, o presente trabalho pretende não só apresentar as atividades das empresas no âmbito ambiental, mas, também, verificar a convergência dessas atividades ambientalistas, desenvolvidas pelas empresas estudadas, com as orientações dadas pela Lei 6.938/81 – Lei da Política Nacional do Meio Ambiente – no seu art. 2, onde é orientada uma conduta *preservacionista* e *conservacionista* do Meio Ambiente, além de uma promoção voltada à *educação ambiental*.

3.8.1 Convergência da conduta ética ambiental da Celulose Irani S.A com a Lei 6.938/81

Ao analisar a empresa Celulose Irani, percebe-se que a mesma tem uma atuação bem extensa, sendo identificadas várias ações tanto preservacionista como conservacionista, porém, não foram identificadas ações voltadas à educação ambiental.

Nesse sentido, percebe-se que a empresa do subsetor de negociação com papel – Celulose Irani vem praticando várias ações em prol do meio ambiente, atingindo as orientações dadas pela Lei n.º 6.938/81, no que diz respeito à preservação e conservação do meio ambiente ficando a sua convergência com a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente de acordo com a tabela 3 abaixo:

TABELA 3

Convergência das condutas ético-ambientais da Celulose Irani com a Lei 6.938/81

| Condutas Ambientais | Convergência | |
|-----------------------|--------------|-----|
| | sim | não |
| Educação Ambiental | | X |
| Conservação Ambiental | X | |
| Preservação Ambiental | X | |

Fonte: Elaboração própria

Sendo assim, percebe-se que a empresa do subsetor de negociação com papel – Celulose Irani não está atingindo todas as orientações dadas pela Lei n.º 6.938/81 em relação à preservação, conservação e educação ambiental, de maneira que, foram identificadas várias ações ambientalistas através das coletas de dados, porém não foi identificada nenhuma ação direcionada a educação ambiental.

A seguir será detalhada a convergência das ações ambientais da empresa Celulose Irani com a Lei n.º 6.938/81:

3.8.1.1 Condutas voltadas à educação ambiental da Celulose Irani S.A

Não foi identificada, através da pesquisa, nenhuma ação ambientalista da empresa Celulose Irani S.A que visasse à educação ambiental.

3.8.1.2 Condutas voltadas à conservação ambiental da Celulose Irani S.A

Como conduta conservacionista, atendendo a um dos três (03) ordenamentos da Lei n.º 6.938/81 – Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, a empresa Celulose Irani vem realizando as seguintes ações:

- Projeto Certificação FSC – com esse projeto a empresa se compromete a adquirir e comercializar apenas madeiras certificadas. Com isso, promovendo a conservação do meio ambiente, mesmo que de forma indireta, pois, desta forma a empresa está inibindo a atuação das madeiras ilegais, contribuindo, assim, com a conservação da natureza;
- Projeto Estudo da Ictiofauna – através desse projeto a empresa pretende fazer o levantamento das espécies de peixes do reservatório da PCH – Pequena Central Hidroelétrica Flor do Mato, reservatório particular da empresa Celulose Irani, para acompanhar o nível de qualidade da água. Esse projeto destina-se a conservação do meio ambiente, pois a empresa visa a utilização das águas do reservatório;
- Projeto Inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE) – através desse projeto a empresa busca a diminuição das emissões de gases que provocam o efeito estufa. Contribuindo, com isso, para a conservação do meio ambiente diante da redução dos impactos ambientais;
- Projeto Monitoramento Limnológico (qualidade das águas) – através desse projeto a empresa busca informações da qualidade das águas dos reservatórios das PCHs – Pequenas Centrais Hidroelétricas pertencentes à Celulose Irani. Diante disso, percebe-se que esse projeto tem cunho conservacionista, pois o mesmo busca manter a qualidade das águas das PCHs para uso da empresa;
- Projeto Redução e Reuso de Água – com esse projeto a empresa busca evitar desperdícios da água, de maneira que, através dessa conduta a empresa está promovendo a conservação do meio ambiente, pois ela, a empresa Celulose Irani, está usando a água de maneira sustentável;
- Projeto MDL - usina de co-geração – através desse projeto a empresa busca diminuir o consumo de energia elétrica, os acúmulos de resíduos e diminuir a emissão do GEE – Gases de Efeito Estufa. Contribuindo, assim, para a conservação do meio ambiente, pois, com isso, estará diminuindo a poluição atmosférica, por meio da diminuição da emissão do GEE e a poluição ambiental com a utilização dos resíduos que antes eram jogados nos lixões e aterros;
- Projeto Uso de Cinzas da Caldeira – O projeto consiste na utilização dos resíduos provenientes da queima de biomassa da caldeira como fertilizante nas áreas reflorestadas. Com essa conduta a empresa está evitando a emissão dessas cinzas na natureza e, ao mesmo tempo, fertilizando o solo das suas áreas de plantios de

árvores destinadas à industrialização de Papel. Sendo, assim, esse projeto vem a contribuir com a conservação do planeta. Pois, está evitando o desmatamento das florestas e a poluição do meio ambiente com a não emissão dessas cinzas na natureza e a fertilização dos solos para plantio de árvores destinadas a indústria;

- Projeto MDL – Modernização da Estação de Tratamento de Efluentes – esse projeto consiste na substituição da degradação anaeróbica (sem oxigenação) pela degradação aeróbica (com oxigenação) permitindo a diminuição dos GEE – Gases de Efeito Estufa – devido a não emissão do gás metano. Contribuindo, com isso, com a conservação do planeta através da diminuição da poluição atmosférica;
- Projeto Programa Despoluir – com esse projeto a empresa visa a redução das emissões de poluentes automotores dos seus veículos. Através desse projeto é possível a redução dos GEE- Gases de Efeito Estufa, de maneira que, contribui para a conservação do meio ambiente.

3.8.1.3 Condutas voltadas à preservação ambiental da Celulose Irani S.A

Como conduta preservacionista, atendendo a um dos três (03) ordenamentos da Lei n.º 6.938/81 – Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, a empresa Celulose Irani S.A vem realizando as seguintes ações:

- Projeto APP Ribeirão da Anta – esse projeto pretende recuperar as áreas de preservação permanentes – APPs. Diante disso, percebe-se que se trata de uma conduta preservacionista a favor do meio ambiente;
- Projeto Certificação FSC – com esse projeto a empresa se compromete a adquirir apenas madeiras certificadas, como também, a comercializar produtos fabricados com madeira certificadas pelo FSC. Com isso, promovendo, também, a preservação do meio ambiente, mesmo que de forma indireta, pois, desta forma a empresa está inibindo a atuação das madeiras ilegais, ao não adquirir madeiras sem certificação ambiental, contribuindo, assim, com a preservação da natureza;

- Projeto Uso de Cinzas da Caldeira – O projeto consiste na utilização dos resíduos provenientes da queima de biomassa da caldeira como fertilizante nas áreas reflorestadas. Com essa conduta a empresa está evitando a emissão dessas cinzas na natureza e, ao mesmo tempo, fertilizando o solo das suas áreas de plantios de árvores destinadas à industrialização de Papel. Sendo, assim, esse projeto vem a contribuir, também, com a preservação do planeta. Através da fertilização dos solos para plantio das árvores destinadas a indústria a empresa está evitando o desmatamento das florestas;

3.8.2 Convergência da conduta ética ambiental da Fibria S.A com a Lei 6.938/81

Ao analisar a empresa Fibria S.A, percebe-se que a mesma tem uma atuação ambiental tímida, sendo identificadas apenas três ações ambientalistas. No entanto, as ações abrangem todas as orientações dadas pela Lei da Política Nacional do Meio Ambiente.

Nesse sentido, percebe-se que a empresa do subsetor de negociação com papel – Fibria S.A vem praticando ações em prol do meio ambiente, atingindo as orientações dadas pela Lei n.º 6.938/81, no que diz respeito à preservação, conservação e educação ambiental. Ficando a sua convergência com a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente de acordo com a tabela 4 abaixo:

TABELA 4

Convergência das condutas ético-ambientais da Fibria com a Lei 6.938/81

| Condutas Ambientais | Convergência | |
|-----------------------|--------------|-----|
| | sim | não |
| Educação Ambiental | X | |
| Conservação Ambiental | X | |
| Preservação Ambiental | X | |

Fonte: Elaboração própria

Sendo assim, percebe-se que a empresa do subsetor de negociação com papel – Fibria S.A está atingindo todas as orientações dadas pela Lei n.º 6.938/81 em relação à preservação, conservação e educação ambiental, de maneira que, foram identificadas ações

ambientalistas que se enquadram nas orientações dadas pela Lei 6.938/81, porém, a empresa tem uma atuação ambiental pequena no sentido da preservação ambiental, sendo identificada apenas uma conduta preservacionista do meio ambiente.

A seguir será detalhada a convergência das ações ambientais da empresa Fibria S.A com a Lei n.º 6.938/81:

3.8.2.1 Condutas voltadas à educação ambiental da Fibria S.A

Como conduta educacional, atendendo a um dos três (03) ordenamentos da Lei n.º 6.938/81 – Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, a empresa Fibria S.A vem realizando as seguintes ações:

- Curso Produção Mais Limpa – esse curso é direcionado aos funcionários da empresa, orientando-os a redução da geração de resíduos e da utilização de insumos, segundo padrões internacionais de práticas ambientais e as diretrizes da Declaração Internacional de Produção Mais Limpa, do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA);
- Núcleos de Educação Ambiental (NEAs) – esses núcleos são bases estabelecidas para realização de atividades educativas formais e informais, relacionadas aos temas ambientais, promoção de integração entre as comunidades locais e aproximação entre empresa e sociedade.

3.8.2.2 Condutas voltadas à conservação ambiental da Fibria S.A

Como conduta conservacionista, atendendo a um dos três (03) ordenamentos da Lei n.º 6.938/81 – Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, a empresa Fibria S.A vem realizando as seguintes ações:

- Programa de Conservação e Manejo de Recursos Naturais – através desse programa a empresa visa estudar os riscos de impactos das suas atividades, com isso adotando medidas que possibilita prevenir esses impactos na natureza, contribuindo, com isso, para a conservação do meio ambiente;
- Poupança Florestal – esse programa incentiva a plantação de eucalipto para agricultores que possuem propriedades rurais próximas às áreas de plantio da Fibria, o programa Poupança Floresta tanto estimula a conservação ambiental quanto à preservação ambiental, evitando desmatamentos florestais e colaborando com a manutenção das áreas florestais exploradas pela empresa;
- Unidades de Conservação – a Fibria S.A mantém RPPNs - Reservas Permanentes do Patrimônio Natural, essas RPPNs são utilizadas pela empresa para pesquisas científicas e atividades educativas de ecoturismo por meio da fauna e flora;
- Proteção Florestal – esse programa objetiva assegurar os ganhos de produtividade e a qualidade dos plantios, através do adequado manejo de pragas, doenças e plantas daninhas e do monitoramento e controle de incêndios florestais;
- Manejo de Solo – através do correto manejo do solo e da utilização dos resíduos da produção de celulose como adubo de seus plantios, a empresa vem diminuindo a utilização dos agentes químicos, com isso, contribuindo para a manutenção da natureza;
- Estudos das Mudanças Climáticas – a empresa através dos estudos das mudanças climáticas a Fibria vem estruturando seu programa de redução dos impactos das mudanças climáticas por meio de ações que englobam todo o ciclo de vida do produto, desde os fornecedores até os clientes.

3.8.2.3 Condutas voltadas à preservação ambiental da Fibria S.A

Como conduta preservacionista, atendendo a um dos três (03) ordenamentos da Lei n.º 6.938/81 – Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, a empresa Fibria S.A vem realizando as seguintes ações:

- **Poupança Florestal** – esse programa incentiva a plantação de eucalipto para agricultores que possuem propriedades rurais próximas às áreas de plantio da Fibria, o programa Poupança Floresta tanto estimula a conservação ambiental quanto à preservação ambiental, evitando desmatamentos florestais e colaborando com a manutenção das áreas florestais exploradas pela empresa;

3.8.3 *Convergência da conduta ética ambiental da Melhor S.P com a Lei 6.938/81*

Ao analisar a empresa Melhor SP, percebe-se que a mesma tem uma atuação ambiental tímida, sendo identificadas apenas três ações ambientalistas. No entanto, as ações abrangem todas as orientações dadas pela Lei da Política Nacional do Meio Ambiente.

Nesse sentido, percebe-se que a empresa do subsetor de negociação com papel – Melhor SP vem praticando ações em prol do meio ambiente, atingindo as orientações dadas pela Lei n.º 6.938/81, no que diz respeito à preservação, conservação e educação ambiental. Ficando a sua convergência com a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente de acordo com a tabela 5 abaixo:

TABELA 5

Convergência das condutas ético-ambientais da Melhor SP com a Lei 6.938/81

| Conduas Ambientais | Convergem | |
|-----------------------|-----------|-----|
| | sim | não |
| Educação Ambiental | X | |
| Conservação Ambiental | X | |
| Preservação Ambiental | X | |

Fonte: Elaboração própria

Sendo assim, percebe-se que a empresa do subsetor de negociação com papel – Melhor SP está atingindo todas as orientações dadas pela Lei n.º 6.938/81 em relação à preservação, conservação e educação ambiental, de maneira que, foram identificadas ações ambientalistas que se enquadram nas orientações dadas pela Lei 6.938/81, porém, a

empresa tem uma atuação ambiental pequena, pois só foram detectados três programas ambientais.

A seguir será detalhada a convergência das ações ambientais da empresa Melhor SP com a Lei n.º 6.938/81:

3.8.3.1 Condutas voltadas à educação ambiental da Melhor SP

Como conduta educacional, atendendo a um dos três (03) ordenamentos da Lei n.º 6.938/81 – Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, a empresa Melhor SP vem realizando as seguintes ações:

- Escola Rural Particular Alice Weiszflog – essa escola é oferecida pela empresa de maneira gratuita e dispõe, dentre outras coisas, de palestras sobre o Meio Ambiente e reciclagem de lixo.

3.8.3.2 Condutas voltadas à conservação ambiental da Melhor SP

Como conduta conservacionista, atendendo a um dos três (03) ordenamentos da Lei n.º 6.938/81 – Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, a empresa Melhor SP vem realizando as seguintes ações:

- Atividade de Reflorestamento da Melhor SP - através dessa atividade de reflorestamento a empresa mantém flora e fauna nativas em mais de 5 mil hectares da fazenda Levantina, Camanducaia (MG). A empresa também pratica o reflorestamento de eucaliptos e pinus, que são destinados a sustentação da sua operacionalidade nas unidades de industrialização. Contribuindo, com isso, tanto para a conservação quanto para a preservação do meio ambiente.

3.8.3.3 *Condutas voltadas à preservação ambiental da Melhor SP*

Como conduta preservacionista, atendendo a um dos três (03) ordenamentos da Lei n.º 6.938/81 – Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, a empresa Melhor SP vem realizando as seguintes ações:

- **Atividade de Reflorestamento da Melhor SP** - através dessa atividade de reflorestamento a empresa mantém flora e fauna nativas em mais de 5 mil hectares da fazenda Levantina, Camanducaia (MG). A empresa também pratica o reflorestamento de eucaliptos e pinus, que são destinados a sustentação da sua operacionalidade nas unidades de industrialização. Contribuindo, com isso, tanto para a conservação quanto para a preservação do meio ambiente.

3.8.4 *Convergência da conduta ética ambiental da Klabin S.A com a Lei 6.938/81*

Ao analisar a empresa Klabin S.A, percebe-se que a mesma tem uma atuação ambiental tímida, sendo identificadas apenas três ações ambientalistas. No entanto, as ações abrangem todas as orientações dadas pela Lei da Política Nacional do Meio Ambiente.

Nesse sentido, percebe-se que a empresa do subsetor de negociação com papel – Klabin S.A vem praticando ações em prol do meio ambiente, atingindo as orientações dadas pela Lei n.º 6.938/81, no que diz respeito a preservação, conservação e educação ambiental. Ficando a sua convergência com a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente de acordo com a tabela 6 abaixo:

TABELA 6
Convergência das condutas ético-ambientais da Klabin com a Lei 6.938/81

| Condutas Ambientais | Convergência | |
|-----------------------|--------------|-----|
| | sim | não |
| Educação Ambiental | X | |
| Conservação Ambiental | X | |
| Preservação Ambiental | X | |

Fonte: Elaboração própria

Sendo assim, percebe-se que a empresa do subsetor de negociação com papel –Klabin S.A está atingindo todas as orientações dadas pela Lei n.º 6.938/81 em relação a preservação, conservação e educação ambiental, de maneira que, foram identificadas ações ambientalistas que se enquadram nas orientações dadas pela Lei 6.938/81, porém, a empresa tem uma atuação ambiental pequena, pois só foram detectados três programas ambientais.

A seguir será detalhada a convergência das ações ambientais da empresa Klabin S.A com a Lei n.º 6.938/81:

3.8.4.1 Condutas voltadas à educação ambiental da Klabin S.A

Como conduta educacional, atendendo a um dos três (03) ordenamentos da Lei n.º 6.938/81 – Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, a empresa Klabin S.A vem realizando as seguintes ações:

- Programa Caiubi de Educação Ambiental – esse programa leva aos estudantes informações sobre questões ambientais, capacitando professores para a formação de cidadãos conscientes quanto os problemas ambientais. Sendo assim, pode-se identificar o programa Caiubi como um programa voltado a educação ambiental;
- Programa Matas Legais - esse programa abrange todas as orientações dadas pela Lei 6.938/ 81, pois o programa busca tanto a recuperação de matas nativas nas propriedades rurais quanto áreas de preservação permanentes – APPs. Além de promover a educação ambiental aos produtores rurais, através de cursos, mutirões e palestras.

3.8.4.2 Condutas voltadas à conservação ambiental da Klabin S.A

Como conduta conservacionista, atendendo a um dos três (03) ordenamentos da Lei n.º 6.938/81 – Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, a empresa Klabin S.A vem realizando as seguintes ações:

- Programa de Fomento Florestal – esse programa busca a recuperação e formação de florestas em áreas ociosas e marginais das propriedades. Promovendo a fixação de populações rurais e a recuperação vegetal. De maneira que esse programa pode ser considerado conservacionista, pois o programa busca a revitalização das áreas florestais para fornecimento de matéria-prima para a empresa;
- Programa Matas Legais - esse programa abrange todas as orientações dadas pela Lei 6.938/ 81, pois o programa busca tanto a recuperação de matas nativas nas propriedades rurais quanto áreas de preservação permanentes – APPs. Além de promover a educação ambiental aos produtores rurais, através de cursos, mutirões e palestras;

3.8.4.3 Condutas voltadas à preservação ambiental da Klabin S.A

Como conduta preservacionista, atendendo a um dos três (03) ordenamentos da Lei n.º 6.938/81 – Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, a empresa Klabin S.A vem realizando as seguintes ações:

- Programa Matas Legais - esse programa abrange todas as orientações dadas pela Lei 6.938/ 81, pois o programa busca tanto a recuperação de matas nativas nas propriedades rurais quantas áreas de preservação permanentes – APPs. Além de promover a educação ambiental aos produtores rurais, através de cursos, mutirões e palestras.

3.8.5 Convergência da conduta ética ambiental da Santher S.A com a Lei 6.938/81

Ao analisar a empresa Santher S.A, percebe-se que a mesma tem uma atuação ambiental tímida, sendo identificadas apenas duas (02) ações ambientais. As quais abrangem tanto a conservação quanto a preservação ambiental.

Ficando a sua convergência com a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente de acordo com a tabela 7 abaixo:

TABELA 7
Convergência das condutas ético-ambientais da Santher com a Lei 6.938/81

| Condutas Ambientais | Convergem | |
|-----------------------|-----------|-----|
| | sim | não |
| Educação Ambiental | | X |
| Conservação Ambiental | X | |
| Preservação Ambiental | X | |

Fonte: Elaboração própria

Sendo assim, percebe-se que a empresa do subsetor de negociação com papel – Santher S.A não está atingindo todas as orientações dadas pela Lei n.º 6.938/81 em relação à preservação, conservação e educação ambiental, de maneira que, foram identificadas ações ambientais que se enquadram somente nas orientações dadas pela Lei 6.938/81 referente à conservação e preservação do meio ambiente, não sendo alcançada a orientação dada pela Lei 6.938/81 referente à educação ambiental.

A seguir será detalhada a convergência das ações ambientais da empresa Santher S.A com a Lei n.º 6.938/81:

3.8.5.1 Condutas voltadas à educação ambiental da Santher S.A

Não foi identificada através da pesquisa das atuações ambientalistas da empresa Santher S.A nenhum programa que objetivasse a promoção da educação ambiental.

3.8.5.2 Conduas voltadas à conservação ambiental da Santher S.A

Como conduta conservacionista, atendendo a um dos três (03) ordenamentos da Lei n.º 6.938/81 – Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, a empresa Santher S.A vem realizando as seguintes ações:

- Reciclagem de Papéis da Santher S.A – através desse programa a empresa deixa de derrubar mais de 1 milhão de árvores por ano, contribuindo com a manutenção das florestais, promovendo a conservação e preservação do meio ambiente;
- Programa de Gerenciamento Ambiental da Santher S.A – esse programa busca a conservação e a preservação do meio ambiente, haja vista que através desse programa a empresa gerencia todos os resíduos sólidos gerados, efluentes líquidos, emissões gasosas e busca o uso de maneira racional dos recursos naturais, prevenindo, com isso, a poluição ambiental.

3.8.5.3 Conduas voltadas à preservação ambiental da Santher S.A

Como conduta preservacionista, atendendo a um dos três (03) ordenamentos da Lei n.º 6.938/81 – Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, a empresa Santher S.A vem realizando as seguintes ações:

- Reciclagem de Papéis da Santher S.A – através desse programa a empresa deixa de derrubar mais de 1 milhão de árvores por ano, contribuindo com a manutenção das florestais, promovendo não só a conservação ambiental como a preservação, também;
- Programa de Gerenciamento Ambiental da Santher S.A – esse programa busca tanto a conservação quanto a preservação do meio ambiente, haja vista que através desse programa a empresa gerencia todos os resíduos sólidos gerados, efluentes líquidos, emissões gasosas e busca o uso de maneira racional dos recursos naturais, prevenindo, com isso, a poluição ambiental.

3.8.6 Convergência da conduta ética ambiental da Susano Papel S.A com a Lei 6.938/81

Ao analisar a empresa Suzano Papel S.A, percebe-se que a mesma tem uma atuação ambiental tímida, sendo identificadas apenas três ações ambientalistas. No entanto, as ações abrangem apenas a orientação dada pela Lei da Política Nacional do Meio Ambiente referente à educação ambiental.

Ficando a sua convergência com a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente de acordo com a tabela 8 abaixo:

TABELA 8
Convergência das condutas ético-ambientais da Susano Papel com a Lei 6.938/81

| Condutas Ambientais | Convergim | |
|-----------------------|-----------|-----|
| | sim | não |
| Educação Ambiental | X | |
| Conservação Ambiental | | X |
| Preservação Ambiental | | X |

Fonte: elaboração própria

Sendo assim, percebe-se que a empresa do subsetor de negociação com papel – Suzano Papel S.A não está atingindo todas as orientações dadas pela Lei n.º 6.938/81 em relação à preservação, conservação e educação ambiental, de maneira que, foram identificadas ações ambientalistas que se enquadram somente na orientação dada pela Lei 6.938/81 referente à educação ambiental, através de três programas de educação ambiental.

A seguir será detalhada a convergência das ações ambientais da empresa Suzano Papel S.A com a Lei n.º 6.938/81:

3.8.6.1 Condutas voltadas à educação ambiental da Susano Papel S.A

Como conduta educacional, atendendo a um dos três (03) ordenamentos da Lei n.º 6.938/81 – Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, a empresa Suzano Papel S.A vem realizando as seguintes ações:

- Programa de Educação Ambiental da Susano Papel – Projeto Sementeira – esse projeto educacional estimula atitudes conscientes e práticas de preservação e conservação ambiental;
- Programa de Educação Ambiental da Susano Papel – Clube da Semente – esse projeto de educação ambiental envolve alunos do ensino primário da rede pública;
- Programa de Educação Ambiental da Susano Papel – Voluntários Verdes – esse projeto ambiental voltado a educação capacita colaboradores para atuar como voluntários nas escolas da região, promovendo ações de cidadania e educação ambiental.

3.8.6.2 Condutas voltada à conservação ambiental da Susano Papel S.A

Não foi identificada, através da pesquisa, nenhuma ação da empresa Susano Papel S.A direcionada a conservação ambiental.

3.8.6.3 Condutas voltada à preservação ambiental da Susano Papel S.A

Não foi identificada, através da pesquisa, nenhuma ação da empresa Susano Papel S.A direcionada a preservação ambiental.

3.9 Convergência das condutas ético-ambientais das empresas dos subsetores de negociação com madeira e com papel à Lei 6.938/81

O subsetor de negociação com madeira está convergindo em todas as orientações dadas pela lei 6.938/81, como mostra a tabela 9 abaixo, pois das duas (02) empresas que negociam com madeira as duas estão exercendo ações voltadas aos mandamentos da lei 6.938/81, referentes à conservação, preservação e educação ambiental.

TABELA 9

Convergência das condutas ético-ambientais dos subsetor com Madeira à Lei 6.938/81

| Subsetores de negociação | | Convergência | | | |
|----------------------------|-----|--------------|-----|---|-----------|
| Madeira | | | | | |
| Quantidade de empresas: 2 | | | | | |
| Orientações dadas pela Lei | Sim | % | Não | % | Total - % |
| Conservação Ambiental | 2 | 100 | 0 | 0 | 100 |
| Preservação Ambiental | 2 | 100 | 0 | 0 | 100 |
| Educação Ambiental | 2 | 100 | 0 | 0 | 100 |

Fonte: Elaboração própria

Já, as empresas do subsetor de negociação com papel, ao contrário das do subsetor de negociação com madeira, não estão todas convergentes com os ordenamentos da Lei 6.938/81, pois como mostra a tabela 10 abaixo, das seis (06) empresas pertencentes ao subsetor de comercialização com papel, cinco (05) estão atuando com ações que visam à conservação ambiental, cinco (05) com condutas preservacionistas e quatro (04) com programas de educação ambiental. Sendo que, das seis (06) empresas do subsetor de papel, apenas três (03), ou seja, a metade está praticando todas as orientações dadas pela Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, no sentido de conservação, preservação e educação ambiental.

TABELA 10

Convergência das condutas ético-ambientais dos subsetor com Papel à Lei 6.938/81

| Subsetores de negociação | | Convergência | | | |
|----------------------------|-----|--------------|-----|----|-----------|
| Papel | | | | | |
| Quantidade de empresas: 6 | | | | | |
| Orientações dadas pela Lei | Sim | % | Não | % | Total - % |
| Conservação Ambiental | 5 | 83 | 1 | 17 | 100 |
| Preservação Ambiental | 5 | 83 | 1 | 17 | 100 |
| Educação Ambiental | 4 | 67 | 2 | 33 | 100 |

Fonte: Elaboração própria

De acordo com a tabela 11 abaixo se vê que as empresas do subsetor de negociação com madeira estão com o nível de convergência à Lei da Política Nacional do Meio Ambiente bem melhor que os do subsetor de negociação com papel, de maneira que as duas (02)

empresas de negociação com madeira convergiram em todas as orientações dadas pela Lei 6.938/81. Enquanto as empresas do subsetor de negociação com papel das seis (06) empresas apenas três (03), ou seja, a metade convergiu em todas as orientações dadas pela Lei da Política Nacional do Meio Ambiente.

TABELA 11

Convergência das condutas ético-ambientais dos subsetores com a Lei 6.938/81

| Subsetores de negociação | Convergência | | | | |
|--------------------------|--------------|------|-----|------|-----------|
| | Sim | % | Não | % | Total - % |
| Madeira | 2 | 100 | 0 | 0 | 100 |
| Papel | 3 | 50 | 3 | 50 | 100 |
| Total | 5 | 62,5 | 3 | 37,5 | 100 |

Fonte: elaboração própria

3.10 Benefícios financeiros decorrentes das ações ético-ambientais

Essa parte da pesquisa está relacionada com a possibilidade de se obter vantagens financeiras através de ações corretas em prol do meio ambiente.

Como já foi comentado e demonstrado no quadro 4 a ética pode ser um importante meio para as empresas auferirem lucros além do esperado. De maneira que, propondo-se a atingir o terceiro objetivo específico dessa pesquisa, analisou-se de que maneira as empresas dos subsetores de comercialização com madeira e com papel estão ou podem vir a se beneficiar financeiramente com as atitudes em defesa do meio ambiente.

3.10.1 Benefícios auferidos pelas condutas ético-ambientais das empresas dos subsetores de comercialização com madeira e com papel

- Certificação FSC de manejo florestal e da cadeia de custódia – essas condutas proporcionam a empresa uma melhoria da imagem pública, através de ecoetiquetas e logotipos, além de evitar provisão para contingência;
- Programas de educação ambiental – provocam a conscientização nos *stakeholders* da necessidade do uso racional dos recursos naturais, gerando com isso uma redução dos custos operacionais, e com isso, menor consumo de matéria-prima, materiais de consumo e embalagens, água, combustíveis e energia;
- Reciclagem – através da reciclagem as empresa podem se beneficiar na reutilização dos resíduos, diminuindo o consumo de energia e de matéria-prima;
- Atendimento da legislação ambiental – diante de uma conduta que respeita a legislação a empresa está se precavendo contra multa e indenizações;
- Condutas preservacionistas – possibilitam um aumento de vendas por melhoria da imagem pública, através de ecoetiquetas e logotipos;
- Condutas conservacionistas – possibilitam também um aumento de vendas, através de ecoetiquetas e logotipos e por recebimentos efetivos, através de venda de estudos, diagnósticos, serviços de tratamento de resíduos, tecnologias limpas, *royalties*, arrendamento de ativos ambientais, subsídios, prêmios etc.;

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi evidenciado na fundamentação teórica, os impactos ambientais, provocados pelo homem devido a sua interferência predadora no meio em que vive, fizeram com que surgisse na sociedade uma atitude que procura reverter ou pelo menos diminuir a degradação do meio ambiente em consequência dessas agressões à natureza.

Com isso, por serem, as empresas que comercializam e industrializam produtos processados através de recursos naturais, os principais responsáveis por essa degradação ambiental e suas consequências; recai sobre essas empresas a maior exigência, por parte da sociedade, de adotarem atitudes que possibilitem minimizar os problemas ambientais consequentes das suas atividades agressivas ao meio ambiente.

Nesse sentido, para que esses problemas ambientais retrocedam, faz-se necessário o cumprimento, por essas empresas, da legislação ambiental. Assumindo uma conduta ética direcionada a defesa da natureza.

No entanto, como ficou evidenciado e foi debatida nessa pesquisa, uma postura ética em defesa do planeta, ao contrário do que muitos acreditam, pode ser benéfica para quem as adotam. Possibilitando as empresa auferirem benefícios financeiros, embora esse retorno financeiro possa não vir de imediato, uma postura de empresa responsável com o meio ambiente – a longo prazo, trará respeito e credibilidade dos seus *stakeholders* – todas as pessoas que de alguma maneira está relacionada com a empresa – com isso, assegurando a continuidade da empresa.

Nesse sentido, a pesquisa identificou que as empresas dos subsetores de negociação com madeira e com papel estão exercendo atividades que buscam, de alguma maneira, a proteção da natureza.

Porém os resultados encontrados ainda não são os considerados satisfatórios. Pois, como foram constatadas, por meio do estudo das ações ambientais desempenhadas pelas empresas pesquisadas, nem todas as empresas estudadas estão convergindo em todas as orientações dadas pela Lei 6.938/81 – Lei da Política Nacional do Meio Ambiente.

Entretanto, verificou-se que as duas (02) empresas do subsetor de negociação com madeira vêm exercendo ações que abrangem todas as orientações dadas pela Lei n. 6.938/81. Porém, a empresa Duratex tem uma atuação tímida no que diz respeito a ações ambientais,

exercendo apenas duas (02) ações ambientais e convergindo de maneira efetiva apenas na orientação referente à educação ambiental e de maneira indireta a orientação referente à preservação e conservação ambiental, através de uma aquisição de madeira certificada pelo FSC.

Já o subsetor de negociação com papel, apenas a metade, ou seja, três (03) das seis (06) empresas estão em consonância a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente.

No entanto, a Celulose Irani exerce dez (10) ações ambientais, porém nenhuma direcionada a educação ambiental, desta forma, não convergindo em todas as orientações dadas pela Lei n. 6.938/81. Enquanto, empresas como a Melhor SP e a Duratex, embora venham exercendo apenas duas (02) ações ambientais, cada empresa, estão convergindo em todas as orientações dadas pela Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, por essas empresas exercerem ações que indiretamente incentivam tanto a conservação quanto a preservação da natureza.

Assim sendo, não se pode dizer que as empresas que vem convergindo em todas as orientações dadas pela Lei n. 6.938/81 estão atuando com mais ênfase em defesa do meio ambiente do que as que não convergem em todas as orientações dadas pela Lei.

Nesse sentido, para que se possa definir com mais clareza quais dessas empresas estão agindo com mais responsabilidade ambiental se recomenda uma pesquisa que possa verificar a eficácia dessas ações ambientais sob a ótica da Lei n. 6.938/81. Como, também, fazem-se necessárias pesquisas, em outras empresas que, igualmente as dos subsetores de negociação com madeira e papel, impactam o meio ambiente.

Pois é necessário, para que a legislação ambiental brasileira obtenha eficácia e, conseqüentemente, a natureza seja preservada, que ajamos como fiscais ambientais e a pesquisa científica é um importante instrumento de inspeção.

Diante disso, aqui fica outra recomendação, não só para as empresas que impactam o meio ambiente, mas, para todos nós que necessitamos da natureza para viver, pois a natureza é um bem de todos e todos necessitam dela para sobreviver. Por isso, vamos cuidar do nosso bem maior, pois sem as árvores não teremos o alimento e sem os rios não saciaremos a sede e, conseqüentemente, não teremos a vida.

REFERÊNCIAS

ALVES, Arlan Ferreira; SCOPEL, Iraci. **Legislação ambiental brasileira: alguns de seus norteamentos**, in: EREGEO – Simpósio regional de geografia. 11. 04 – 07 de Setembro de 2009. Jataí, Goiás. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – UFG.

Brasil. Lei. 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Lei do Meio Ambiente**. Disponível em:
< E:\monografia\L6938.mht >. Acesso em: 17 mai. 2010.

Brasil. Lei. 9.985 de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. **Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**. Disponível em:
<http://www.cetesb.sp.gov.br/licenciamentoo/legislacao/federal/leis/2000_Lei_Fed_9985.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2010.

CARVALHO, M. M. A. **Balanco social: um novo olhar sobre o relatório contábil do futuro**. In: CONGRESSOS BRASILEIROS DE CONTABILIDADE, 16. 2000, Goiânia. *Anais do XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade*. Goiânia, 2000.

CAVALCANTI, Gabriela Holanda. *et al.* **Divulgação de informações contábeis ambientais das empresas brasileiras do setor de utilidade pública: Um Estudo sobre o Grau de Aderência as Normas Brasileiras de Contabilidade**, In: Congresso Sul Americano de Pesquisa em Contabilidade Social e Ambiental. 1. 2009, Rio de Janeiro. *Anais da Universidade Federal do Rio de Janeiro*. 27 e 28/07/2009.

CORRÊA, Filipe Toscano de B. S.; MEDEIROS, José Ricardo. **Responsabilidade social corporativa para quem?** 2001. disponível em:
<www.ethos.org.br/docs/...ethos.../339_filipe_e_joao_ricardo.doc>. Acesso em: 28 abr. 2010.

COSTA, Roberto Teixeira da. **As empresas e a ética: por que o Brasil não é um país de alto conhecimento? (fora do desenvolvimento não há salvação)**. 2006.

CRUZ, Maria Cristina Reszecki Alves. **A implantação de um programa de conscientização ambiental: um estudo de caso no santander Banespa**. VII SEMEAD, 2004.

CUPERSCHMID, Nair Regina Mizrahy; TAVARES, Mauro Calixta. **Atitudes em Relação ao Meio Ambiente e sua Influência no Processo de Compra de Alimentos**. PUC, Curitiba-pr, 2002.

EUGÊNIO, Teresa C. P. **Gestão e Contabilidade dos Impactos ambientais**. 2002. Dissertação – Mestrado em Ciências de Gestão – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa.

FINK, Daniel Roberto. **Os Crimes Ambientais e a Fiscalização Ambiental**. UFSC, Florianópolis – SC, 2007. Disponível em: <www.buscalegis.ufsc.br/revistas/index.php/buscalegis/.../26038>. Acesso em: maio de 2010.

FREITAS, Carolina Halal de *et al.* **Característica de desenvolvimento da contabilidade ambiental**: Um estudo exploratório do Estado do Rio Grande do Sul. Rio grande do sul, 2009. Disponível em: <www.ceamecim.furg.br/vii_pesquisa/trabalhos/179.doc>. Acesso em maio de 2010.

GIODA, Adriana. **Problemas ambientais: temos consciência da influência dos mesmos em nossa vida? Joinville, SC: UNIVILLI, 2002.** Disponível em: <www.terrabrasil.org.br/.../pnt_problemasamb.htm> acesso em maio de 2010.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESA E RESPONSABILIDADE SOCIAL. **Formulação e Implantação de Código de Ética em Empresas – Reflexões e Sugestões**. São Paulo, agosto/2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Elizeu; GELBCKE, Ernesto R. **Manual de Contabilidade**: das sociedades por ações – aplicável as demais sociedades. 7 ed. Atual. São Paulo: Atlas, 2007.

KRAEMER, Maria Elisabeth P.; TINOCO, João Eduardo P. **Contabilidade e Gestão Ambiental**. 2. ed. Atualizada. São Paulo: Atlas, 2007

JUNIOR, Sebastião Bergamini. **Contabilidade e Risco Ambientais**. 1998. Disponível em: <http://www.bndespar.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev1105.pdf> acesso em: 27 abr. 2010.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **Educação para a gestão ambiental**: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos sócio ambientais. Versão revista e ampliada, 1998.

LEITE, Marrison Alan de Sousa. **Qual o grau de existência e desenvolvimento da aplicabilidade de ações ambientais nas duas maiores indústrias de sabão da cidade de Sousa/PB? Uma análise crítica**. 2008. Monografia. (Graduação em Contabilidade) – Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Sousa.

LEVITT, Theodore. **A imaginação de marketing**. Tradução: Auriphebo Berrance Simões. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1990.

LIMA, José Edmilson de Souza, PONCHIROLLI, Osmar. **Ética Empresarial**: Coleção Gestão Empresarial. 2008.

LIMA E SILVA, Pedro Paulo. *et al.* **Dicionário Brasileiro de Ciências Ambientais**, 2. Ed. Editora Thex. Rio de Janeiro, 1999.

LISBOA, Lázaro Plácido, **Ética Geral e Profissional em Contabilidade**. 2ª Ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2007.

LISBOA, Lázaro Plácido; RIBEIRO, Maisa de Souza, **Balço Social**. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília - DF: ano 28, nº 115, p.72-81, jan/fev.1999.

MENEGUZZO, Isonel Sandino; CHAICOUSKI, Adeline. **Reflexões acerca dos conceitos de degradação ambiental, impacto ambiental e conservação da natureza**. Revista de geografia. v 19. n 1. Londrina – PR. 2010.

MONTANA, Pratrck J.; CHARNOV, Bruce H. administração. São Paulo: Saraiva, 1998.

MONTEIRO, Janine Kieling; SANTO, Fabiana Cobas do Espírito; BONACINA, Franciela. **Valores, ética e julgamento moral: um estudo exploratório em empresas familiares**. São Leopoldo, RS: UVRS, 2005.

MOTTA, Eduardo Augusto Dreweck; PONCHIROLLI, Osmar. **Organizações empresariais complexas como espaços sociais colaborativos por meio da responsabilidade social**. REDES, Santa Cruz do Sul, v.13, n.2, mai/ago. 2008. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/viewFile/283/541>

MOURA, Iraldo José L. *et al.* **Papel do contador no mercado globalizado**. salvador, BA. FABAC, 2003.

NALINE, José Renato. **Ética geral e profissional**. Revista dos Tribunais, 6ª ed. Rev. Atual. e Ampl. – São Paulo, 2008.

NOGUEIRA NETO, Paulo. **Os Grandes Problemas Ambientais do Mundo Contemporâneo**. 1994. Disponível em: < www.iea.usp.br/artigos>. Acesso em 15 mai. 2010.

OLIVEIRA, Graciela Ap.Bueno de; SOUZA, Ana Maria Dias; ARAÚJO, Ademilson Ferreira. **Atuações dos profissionais contábeis no conceito da ética**. Revista científica eletrônica de ciências contábeis. Ano IV – Número 07 – Maio/2006

PEREIRA, Ana Carla Filipe. A contabilidade ambiental: A sua revelação no relato financeiro. **Jornal de Contabilidade**, n. 367, p. 320 – 332, outubro/2007.

QUEIROGA, Eliane de Medeiros. **Quais as principais dificuldades enfrentadas pelos Contabilistas do município de Pombal em conciliar a ética com a prática profissional?** Uma análise crítica. 2008. Monografia. (Graduação em Contabilidade) – Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Sousa.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHA, Alexandre. **Contabilidade ambiental: uma contribuição da ciência contábil a sustentabilidade da gestão ambiental**. FSL. 2004. Disponível em:

<http://www.ead.fea.usp.br/semead/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/47.pdf>. acesso em: 27 de novembro de 2010.

ROCHE, Roberto. **Ética e Comprometimento**, sua importância para o conceito de Ecosustentabilidade. 2008. Disponível em: <www.newslog.com.br >... > Notícias > Artigos / Entrevistas>. Acesso em: 17 mai. 2010.

ROVER, Suliani; BORBA, José Alonso. **A evidenciação das informações ambientais nas demonstrações contábeis das empresas que atuam no Brasil e que negociam adrs na bolsa de valores dos estados unidos: uma análise das dfp's (CVM) e do relatório 20-f (sec)**. UFSC. Florianópolis-sc, 2006.

SANTOS, André Ricardo P. dos *et al.* **Contabilidade Ambiental: Uma contribuição da ciências contábil a sustentabilidade da gestão ambiental**. UNP, Piracicaba-sp, 2009.

SANTOS, Antônio Silveira Ribeiro dos. **Direito Ambiental: Surgimento, Importância e Situação Atual**. In: BITTAR, Eduardo C. B. (org.) História do Direito Brasileiro: leituras de ordem jurídica nacional. São Paulo: Atlas, 2006.

SANTOS, Roberto A. O. **Ética Ambiental e Funções do Direito Ambiental** (Versão em 04/11/1999) In: Palestra na Escola Superior de Advocacia da OAB-SP, São Paulo, 1999.

SCHWARTZMAN, Simon. **A Pesquisa Científica e o Interesse Público**. Revista Brasileira de Inovação. 2001. Disponível em: <<http://www.ige.unicamp.br/ojs/index.php/rbi/article/viewFile/248/162>>. Acesso em: 07 de abril de 2010.

SILVA, Antônio Rosa Nascimento da; FIGUEIREDO, Sandra Maria Aguiar de. **Desenvolvimento da percepção ética profissional entre estudantes de Contabilidade**. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília. CFC, ano 36, n. 165, p. 28-39, maio/jun 2007.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. Ed. 3, revisada e atualizada, UFSC, Florianópolis – SC, 2001. Disponível em: <projetos.inf.ufsc.br/.../Metodologia%20da%20Pesquisa%203a%20edicao.pdf>. Acesso em: 28 de mai. de 2010.

SIQUEIRA, Juliana *et al.* **O Posicionamento Social e Ambiental nas Organizações: Um Estudo em Indústrias do Setor Metal-Mecânico da Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul**. UNIJUÍ. Rio grande do sul: Ijuí, 2006.

SOUZA, Antonio Carlos de. *et al.* TCC: **Métodos e Técnicas**. Floórianópolis: Visual Books, 2007.

SOUZA, Janaina Nascimento Simões de; BENEVIDES, Rita de Cássia Alves. **Marketing verde: comportamentos e atitudes dos consumidores**. UFRRJ, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/artigos05/343_Marketing%20verde.pdf>. Acesso em: 01 de Nov. de 2010.

SROUR, Robert Henry. **Poder, Cultura e Ética nas Organizações**. Rio de Janeiro: Campus, 1998

TAGLIAPIETRA, Miguel O. et al. **Consciência Ética e responsabilidade nas organizações na economia globalizada**. Paraná: UNIOESTE, 2004.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.

TONIN, Marta Marília. **Ética empresarial, Cidadania e sustentabilidade**. Paraná: FIC, 2006. Disponível em: <http://www.conpedi.org/manaus/arquivos/anais/recife/teoria_da_justica_marta_tonin.pdf>. Acesso em 15 de abril de 2010.

VASCONCELOS, Antonelyr M. Barbosa de. **A importância da contabilidade gerencial e do novo contador para a administração**. São Paulo, UPM, 2002. Disponível em: <www.humbertorosa.com.br/.../Contabilidade%20Gerencial.../Antonelyr_A%20Importancia%20da%20Contabilidade%20Gerencial.pdf>. Acesso em 05 de mai. de 2010.

VIEIRA, Maria das Graças. **A ética profissional exercida pelos contadores**. Paraíba, ASPER, 2005.

Sites:

<<http://www.bovespa.com.br/Principal.asp>> - Coleta dos dados Ambientais das empresas dos subsetores de Madeira e Papel. Acesso em: 07 de outubro de 2010.

<<http://www.bmfbovespa.com.br/wrs/index.asp?Idioma=pt-br>>. Coleta dos dados Ambientais das empresas dos subsetores de Madeira e Papel. Acesso em: 20 de outubro de 2010.

<<http://www.bmfbovespa.com.br/wrs/FormConsultaEmpInveste.asp?Cod=44>>. Coleta dos dados Ambientais da Celulose Irani S.A. Acesso em 20 de outubro de 2010.

<<http://www.bmfbovespa.com.br/wrs/FormConsultaEmpInveste.asp?Cod=58>>. Coleta de dados Ambientais da Duratex S.A. Acesso em 20 de outubro de 2010.

<<http://www.bmfbovespa.com.br/wrs/FormConsultaEmpInveste.asp?Cod=56>>. Coleta de dados Ambientais da Klabin S.A. Acesso em: 20 de outubro de 2010.

<<http://www.bmfbovespa.com.br/wrs/FormConsultaEmplInveste.asp?Cod=29>>. Coleta dos dados Ambientais da Susano Papel S.A. Acesso em: 20 de outubro de 2010.

<<http://www.duratex.com.br/>>. Coleta de dados Ambientais da Duratex S.A. Acesso em 20 de outubro de 2010.

<<http://www.eucatex.com.br/>>. Coleta de dados Ambientais da Eucatex S.A. Acesso em: 20 de outubro de 2010.

< <http://www.fsc.org.br/index.cfm?fuseaction=conteudo&IDsecao=73>>. Conselho de Manejo Florestal FSC BRASIL. Acesso em 22 de outubro de 2010.

<<http://www.irani.com.br/estrutura.php>>. Coleta dos dados Ambientais da Celulose Irani S.A. Acesso em: 22 de outubro de 2010.

<<http://www.klabin.com.br/pt-br/responsabilidadeSocial/default.aspx>>. Coleta dos dados Ambientais da Klabin S.A. Acesso em: 22 de outubro de 2010.

<<http://www.fibria.com.br/web/pt/negocios/celulose/papeis.htm>>. Coletas dos dados Ambientais da Fibria S.A. acesso em: 22 de outubro de 2010.

<<http://www.melhoramentos.com.br/site/>>. Coletas dos dados Ambientais da Melhor SP. Acesso em: 22 de outubro de 2010.

<<http://www.santher.com.br/portugues/empresa/index.htm>>. Coletas dos dados Ambientais da Santher S.A. Acesso em: 22 de outubro de 2010.

ANEXOS

CLASSIFICAÇÃO SETORIAL DAS EMPRESAS E FUNDOS NEGOCIADOS NA BM&FBOVESPA

| SETOR ECONOMICO | SUBSETOR | SEGMENTO |
|-------------------|---------------------------|-----------------------------------|
| Materiais Básicos | Químicos | Petroquímicos |
| | | BRASKEM |
| | | ELEKEIROZ |
| | | GPC PART |
| | | M G POLIEST |
| | | PRONOR |
| | | QUATTOR |
| | | PETR |
| | | UNIPAR |
| | | Fertilizantes e Defensivos |
| | | FER |
| | | HERINGER |
| | | FOSFERTIL |
| | | NUTRIPLANT |
| | | YARA BRASIL |
| | | Químicos Diversos |
| | | MILLENNIUM |
| | | QGN PARTIC |
| | Madeira e Papel | Madeira |
| | | DURATEX |
| | | EUCATEX |
| | | Papel e Celulose |
| | | CELUL IRANI |
| | | FIBRIA |
| | | KLABIN S/A |
| | | MELHOR SP |
| | | SANTHER |
| | | SUZANO |
| | | HOLD |
| | | SUZANO |
| | | PAPEL |
| | Embalagens | Embalagens |
| | | DIXIE TOGA |
| | | METAL |
| | | IGUACU |
| | | PETROPAR |
| | | RIMET |
| | Materiais Diversos | Materiais Diversos |
| | | MAGNESITA |
| | | SA |
| | | PROVIDENCIA |
| | | SANSUY |
| | | TRORION |

LEI N. 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981

Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei, com fundamento nos incisos VI e VII do artigo 23 e no artigo 225 da Constituição, estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, constitui o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA e institui o Cadastro de Defesa Ambiental.

(Com redação dada pela Lei nº 8.028, de 12.04.90) (Vide Nota 3)

Da Política Nacional do Meio Ambiente

Art. 2º - A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios:

I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;

II - racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;

III - planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;

IV - proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;

V - controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;

VI - incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais;

VII - acompanhamento do estado da qualidade ambiental;

VIII - recuperação de áreas degradadas;

(Regulamentado pelo Decreto nº 97.632, de 10.04.89)

IX - proteção de áreas ameaçadas de degradação;

X - educação ambiental a todos os níveis do ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

LEI FEDERAL Nº 9.985 - DE 18 DE JULHO DE 2000

Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e da outras providências.

VICE - PRESIDENTE DA REPÚBLICA no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Esta Lei institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação.

Art. 2º Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

I - unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção;

II- conservação da natureza: o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, as atuais gerações mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral;

III- diversidade biológica: a variabilidade de organismos vivos de todas as origens compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas;

IV - recurso ambiental: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora;

V - preservação: conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem a proteção a longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais;

VI - proteção integral: manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais;

VII - conservação in situ: conservação de ecossistemas e habitats naturais e a manutenção e recuperação de populações viáveis de espécies em seus meios naturais e, no caso de espécies domesticadas ou cultivadas, nos meios onde tenham desenvolvido suas propriedades características;

VIII - manejo: todo e qualquer procedimento que vise assegurar a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas;

IX - uso indireto: aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais;